

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Com Ressalva	87
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	89
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	90
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	167.584.407
Preferenciais	56.684
Total	167.641.091
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	3.771.762	2.631.462	2.379.246
1.01	Ativo Circulante	287.890	298.471	187.150
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	101.404	147.416	58.075
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.746	72.031	20.164
1.01.01.02	Depósitos vinculados	43.658	75.385	37.911
1.01.03	Contas a Receber	152.403	138.237	118.332
1.01.03.01	Clientes	152.403	138.237	118.332
1.01.04	Estoques	9.764	9.219	7.736
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.692	467	220
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.627	3.132	2.787
1.01.08.03	Outros	2.627	3.132	2.787
1.01.08.03.01	Adiantamentos a empregados	2.627	3.132	2.787
1.02	Ativo Não Circulante	3.483.872	2.332.991	2.192.096
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	403.536	324.836	305.266
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	35.782	17.096
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	35.782	17.096
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	403.536	289.054	288.170
1.02.01.09.03	Projeto Alvorada - recursos aplicados	174.829	174.738	173.992
1.02.01.09.04	Projeto KfW II - recursos aplicados	27.203	23.390	21.541
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	8.894	7.904	5.290
1.02.01.09.06	Depósitos para reinvestimento	16.174	11.586	23.313
1.02.01.09.07	Depósitos vinculados a garantias	9.372	8.596	7.964
1.02.01.09.08	Ativos financeiros - Contratos de concessão	166.902	62.719	55.901
1.02.01.09.09	Outros ativos	162	121	169
1.02.03	Imobilizado	56.755	27.361	28.260
1.02.04	Intangível	3.023.581	1.980.794	1.858.570

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	3.771.762	2.631.462	2.379.246
2.01	Passivo Circulante	242.842	243.560	184.856
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.019	16.873	14.948
2.01.02	Fornecedores	83.331	89.174	77.838
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.184	19.856	13.293
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.184	19.856	13.293
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	3.554	1.345
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	16.184	16.302	11.948
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	52.503	60.394	49.447
2.01.05	Outras Obrigações	2.520	8.851	7.962
2.01.05.02	Outros	2.520	8.851	7.962
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	56	38	34
2.01.05.02.04	Obrigações com clientes	2.420	8.813	7.928
2.01.05.02.06	Proj. Desafio Doação Newcastle University	44	0	0
2.01.06	Provisões	69.285	48.412	21.368
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54.222	40.295	11.852
2.01.06.01.05	Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	54.222	40.295	11.852
2.01.06.02	Outras Provisões	15.063	8.117	9.516
2.01.06.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	15.063	8.117	9.516
2.02	Passivo Não Circulante	1.064.988	697.939	867.798
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	394.856	390.916	406.022
2.02.02	Outras Obrigações	279.701	271.888	439.266
2.02.02.02	Outros	279.701	271.888	439.266
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	28.396	193.231
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	41.648	43.413	49.108
2.02.02.02.04	Projeto alvorada - recursos recebidos	174.468	174.312	173.253
2.02.02.02.05	Projeto KfW II - recursos recebidos	24.838	22.586	20.728
2.02.02.02.06	Convênios - recursos recebidos	35.336	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.02.02.07	Garantias contratuais de fornecedores	3.411	3.181	2.946
2.02.03	Tributos Diferidos	331.171	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	331.171	0	0
2.02.04	Provisões	59.260	35.135	22.510
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.207	25.263	10.478
2.02.04.01.05	Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	20.207	25.263	10.478
2.02.04.02	Outras Provisões	39.053	9.872	12.032
2.02.04.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	39.053	9.872	12.032
2.03	Patrimônio Líquido	2.463.932	1.689.963	1.326.592
2.03.01	Capital Social Realizado	1.729.403	1.598.081	1.200.208
2.03.01.01	Capital social	1.729.403	1.598.081	1.200.208
2.03.04	Reservas de Lucros	48.729	91.882	126.384
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-26.583	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	712.383	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	962.831	876.483	823.948
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.020.474	-501.601	-514.660
3.03	Resultado Bruto	-57.643	374.882	309.288
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-297.666	-272.918	-208.381
3.04.01	Despesas com Vendas	-86.945	-88.923	-87.402
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-221.826	-185.207	-121.700
3.04.02.01	Despesas administrativas	-204.622	-171.426	-101.722
3.04.02.02	Despesas tributárias	-17.204	-13.781	-19.978
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	11.105	1.212	721
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-355.309	101.964	100.907
3.06	Resultado Financeiro	-12.358	-26.884	4.357
3.06.01	Receitas Financeiras	63.068	40.307	21.317
3.06.02	Despesas Financeiras	-75.426	-67.191	-16.960
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-367.667	75.080	105.264
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	115.989	-18.881	-30.743
3.08.01	Corrente	0	-37.736	-33.650
3.08.02	Diferido	115.989	18.855	2.907
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-251.678	56.199	74.521
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-251.678	56.199	74.521
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-1,50000	0,36000	0,64000
3.99.01.02	PN	-1,50000	0,36000	0,64000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-1,39000	0,36000	0,64000
3.99.02.02	PN	-1,52000	0,48000	0,71000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-251.678	56.199	74.521
4.03	Resultado Abrangente do Período	-251.678	56.199	74.521

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	164.919	140.460	45.124
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	262.079	268.706	195.109
6.01.01.01	Lucro antes do IRPJ e CSLL	-367.667	75.080	105.264
6.01.01.02	Depreciação e amortização	497.454	60.113	59.083
6.01.01.03	Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	11.024	15.787	0
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.398	18.386	16.392
6.01.01.05	Provisão para Contingências	11.410	32.507	1.801
6.01.01.06	Atualização Monetária de Contingências e depósitos judiciais	2.211	11.165	0
6.01.01.07	Provisão para incentivo a aposentadoria - PRSP	46.498	0	0
6.01.01.08	Ajuste de valor presente - PRSP	2.464	0	0
6.01.01.09	Provisao/estorno estoques	-504	0	0
6.01.01.10	Juros e variações monetárias e cambial	52.791	55.668	12.569
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-54.757	-64.805	-101.032
6.01.02.01	Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	0	0	226
6.01.02.02	Depósitos vinculados	31.726	-37.474	-35.260
6.01.02.03	Contas a receber	-20.564	-38.291	-27.553
6.01.02.04	Estoques	-220	-1.483	-5
6.01.02.05	Tributos a recuperar	-21.226	-247	18.891
6.01.02.06	Tributos a recolher	-3.135	452	-20.069
6.01.02.07	Créditos tributários diferidos	-1	169	-2.907
6.01.02.08	Depósitos para reinvestimentos	-4.588	11.727	-1.210
6.01.02.09	Ativos Financeiros - contratos de concessão	-18.925	-6.818	-6.065
6.01.02.10	Outros ativos	-2.261	-3.543	-2.189
6.01.02.11	Fornecedores	-5.843	11.336	-14.356
6.01.02.12	Incentivos a aposentadoria - PRSP	-12.835	-3.559	-2.185
6.01.02.13	Provisão para contingencias	-2.539	-444	-4.454
6.01.02.14	Projetos Alvorada e KfW II	-1.496	322	814
6.01.02.15	Acordos judiciais a pagar	0	0	-6.168
6.01.02.16	Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	11.106	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.02.17	Outros passivos	-3.956	3.048	1.458
6.01.03	Outros	-42.403	-63.441	-48.953
6.01.03.01	Juros pagos	-27.743	-31.042	-26.559
6.01.03.02	IRPJ e CSLL pagos	-14.660	-32.399	-22.394
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-245.313	-197.225	-164.551
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-535	-625	7.781
6.02.02	Aquisição de Intangível	-244.778	-196.600	-172.332
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	66.109	108.632	91.063
6.03.01	Amortização de empréstimos	-52.394	-48.904	-37.855
6.03.02	Ingressos de empréstimos	23.396	20.119	97.443
6.03.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	-28.396	17.417	4.572
6.03.04	Integralização de Capital	76.594	120.000	26.903
6.03.05	Convênios - recursos recebidos	46.909	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.285	51.867	-28.364
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	72.031	20.164	48.528
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	57.746	72.031	20.164

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.598.081	0	91.882	0	0	1.689.963
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.598.081	0	91.882	0	0	1.689.963
5.04	Transações de Capital com os Sócios	131.322	0	-43.153	0	0	88.169
5.04.01	Aumentos de Capital	43.153	0	-43.153	0	0	0
5.04.08	Integralização com AFAC	11.575	0	0	0	0	11.575
5.04.09	Aporte de Capital	76.594	0	0	0	0	76.594
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-26.583	712.383	685.800
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-251.678	0	-251.678
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	225.095	712.383	937.478
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	0	0	0	0	937.478	937.478
5.05.02.07	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	225.095	-225.095	0
5.07	Saldos Finais	1.729.403	0	48.729	-26.583	712.383	2.463.932

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.200.208	0	126.384	0	0	1.326.592
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.200.208	0	126.384	0	0	1.326.592
5.04	Transações de Capital com os Sócios	397.873	0	-84.028	0	0	313.845
5.04.01	Aumentos de Capital	397.873	0	-84.028	0	0	313.845
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.199	0	56.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.199	0	56.199
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	49.526	-56.199	0	-6.673
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	49.526	-56.199	0	-6.673
5.07	Saldos Finais	1.598.081	0	91.882	0	0	1.689.963

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.187.796	0	75.384	0	0	1.263.180
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.187.796	0	75.384	0	0	1.263.180
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.412	0	-7.840	0	0	4.572
5.04.01	Aumentos de Capital	12.412	0	-7.840	0	0	4.572
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.521	0	74.521
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.521	0	74.521
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	58.840	-74.521	0	-15.681
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	58.840	-74.521	0	-15.681
5.07	Saldos Finais	1.200.208	0	126.384	0	0	1.326.592

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	1.051.814	937.633	877.592
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	899.226	845.164	748.506
7.01.02	Outras Receitas	11.168	1.243	730
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	147.818	109.612	144.748
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.398	-18.386	-16.392
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-549.522	-507.531	-478.421
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-401.705	-398.186	-334.034
7.02.04	Outros	-147.817	-109.345	-144.387
7.02.04.01	Custos de construção	-147.817	-109.345	-144.387
7.03	Valor Adicionado Bruto	502.292	430.102	399.171
7.04	Retenções	-497.454	-60.113	-59.083
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-497.454	-60.113	-59.083
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.838	369.989	340.088
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	63.068	40.307	21.317
7.06.02	Receitas Financeiras	63.068	40.307	21.317
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	67.906	410.296	361.405
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	67.906	410.296	361.405
7.08.01	Pessoal	235.346	154.893	132.822
7.08.01.01	Remuneração Direta	135.531	108.533	91.603
7.08.01.02	Benefícios	36.521	27.234	23.606
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.111	6.522	5.528
7.08.01.04	Outros	54.183	12.604	12.085
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-24.946	101.388	111.489
7.08.02.01	Federais	-26.616	100.490	110.718
7.08.02.02	Estaduais	381	544	482
7.08.02.03	Municipais	1.289	354	289
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	91.025	81.139	27.653
7.08.03.01	Juros	25.597	22.446	11.741
7.08.03.02	Aluguéis	15.596	13.947	10.693

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.03.03	Outras	49.832	44.746	5.219
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-251.678	56.199	74.521
7.08.04.02	Dividendos	0	11.594	15.681
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-251.678	44.605	58.840
7.08.05	Outros	18.159	16.677	14.920
7.08.05.01	Agentes reguladores	10.372	9.566	8.536
7.08.05.02	Taxa de concessão da Prefeitura de Fortaleza	7.787	7.111	6.384

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece apresenta aos clientes, acionistas e demais partes interessadas uma visão geral dos resultados alcançados no exercício de 2014, abrangendo demonstrações financeiras seguindo a determinação da Instrução Normativa de nº 457/07, alterada pela Instrução CVM de nº 485/10, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas segundo as Normas Internacionais de Contabilidade de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB. Apresenta ainda, respectivos pareceres de auditores, conselho fiscal e administrativo, além de temas relacionados a mercado e clientes, desenvolvimento operacional, desempenho econômico-financeiro e voltados à responsabilidade ambiental.

1. CENÁRIO EM 2014

O ano de 2014 foi marcado por cenário crítico de abastecimento de água em grande parte dos municípios cearenses, devido ao baixo nível de reserva dos mananciais que os abastecem, decorrentes de mais um ano sem chuvas. Em 2014 no Ceará, dos 149 açudes monitorados, 120 ficaram com volume abaixo de 30%.

Em 2012 foi criado o Comitê Integrado de Combate à Seca – CICS com o intuito de reunir órgãos que atuam direta ou indiretamente nas ações de enfrentamento à seca no Ceará e amenizar os efeitos da estiagem. A Cagece, em parceria com o Governo do Estado, adotou algumas medidas emergenciais, tais como: perfuração de poços, construção de cisternas, adutoras de montagem rápida e abastecimento direto às comunidades por meio de carros-pipa. Em 2014 foram perfurados 560 poços profundos pela Sohira e 51 pela Cagece.

Para os municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza, os efeitos da seca foram mitigados pelo fato desses municípios, em sua grande maioria, serem abastecidos pelo açude Castanhão. O relatório disponibilizado no Portal Hidrológico do Ceará aponta que, em 2014, o referido açude fechou com volume 25,79 %.

Em 2015, de acordo com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME, a maior probabilidade é de que as chuvas permaneçam com níveis pluviométricos abaixo da média histórica no primeiro trimestre, na maior parte do Estado do Ceará.

Diante da possibilidade de prolongação da escassez hídrica, no ano de 2015, o Governo do Estado do Ceará está elaborando o Plano de Convivência com a Seca. O referido plano prevê medidas de enfrentamento para a crise como por exemplo: aquisição de estações de tratamento de água móveis; prospecção, perfuração e instalação de poços; melhorias em sistemas de abastecimento de água, instalação de adutoras de montagem rápida; implantação de projetos de reuso; dentre outros.

Outro fator relevante refere-se ao importante investimento para o sistema hídrico do Estado: Cinturão das águas - é uma obra estruturante que interligará 12 bacias hidrográficas, a partir da transposição das águas do Rio São Francisco. O valor total do empreendimento é de R\$ 1,6 bilhão para uma extensão de 150 KM; em 2014 o total de recursos investidos até dezembro foi de R\$ 403 milhões que corresponde a 25% do trecho 1.

Para complementar a interligação das Bacias, destaca-se também o Canal da Integração (Eixão das Águas) concluído em 2014. É uma obra do Governo do Estado, constituída por um complexo de estações de bombeamento, canais, sifões, adutoras e túneis, que realizam a transposição das águas do açude Castanhão para reforçar o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, numa extensão de

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

255 km até o Complexo Portuário e Industrial do Pecém, fazendo a integração das bacias hidrográficas do Jaguaribe e Região Metropolitana.

Esse conjunto de obras de infraestrutura hídrica objetiva abastecer barragens e açudes, beneficiando grande parte do Estado, em especial as regiões mais atingidas pela estiagem, permitindo ao Estado e à Cagece o enfrentamento da escassez de água de forma planejada.

A Cagece tem se preparado para enfrentar os desafios caso persista o cenário de escassez de chuvas em 2015, pois trabalha com objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados em abastecimento de água e esgotamento sanitário à população, legislação pertinente, sempre focada em obter avanços na melhoria do desempenho operacional e de forma sustentável.

Governança Corporativa

A Cagece, como forma de garantir o aperfeiçoamento das práticas de Governança Corporativa, vem trabalhando para consolidar os órgãos essenciais que fazem parte dessa estrutura, quais sejam: Assembléia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Auditoria Interna, Auditoria Independente, Ouvidoria e Comitê de Ética.

Em 2013, a Companhia revisou sua lei de criação e também concluiu um estudo de realinhamento organizacional. Assim, para que fosse possível implantar e concretizar as referidas alterações, em 2014 foi realizada a adequação do seu Estatuto Social. Uma vez sendo necessária a alteração, pelos motivos principais expostos, aproveitou-se para fazer ajustes meramente redacionais e de estrutura lógica. Essas mudanças também foram necessárias para proporcionar um melhor diálogo do Estatuto Social com a lei 6.404/76, com as normas administrativas e com todas as particularidades exigidas para a existência de uma Sociedade de Economia Mista do setor de saneamento.

Diante do novo cenário, que conta agora com uma Assessoria de Riscos Internos e Coordenadoria de Compliance em seu organograma, a Cagece promoveu um treinamento sobre Governança Corporativa e Gestão de Riscos demonstrando o processo de Gerenciamento de Riscos e sua execução dentro de uma empresa de saneamento, com foco em suas estratégias, recursos internos e externos e os principais passos para uma implantação segura e participativa devidamente alinhada com os demais processos que compõe a cadeia de valores da organização.

Além disso, citamos também as ações de divulgação sobre a Lei Anticorrupção 12.846/2013, em parceria com a Controladoria Geral da União.

Essas conquistas são resultado de ações internas executadas ao longo do ano de 2014.

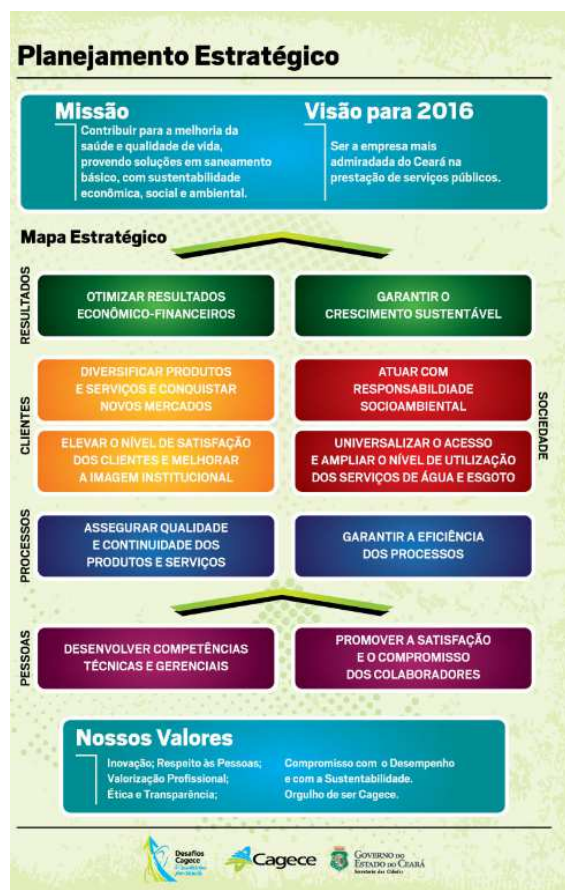
Planejamento Estratégico 2013 – 2016

Dentro desse cenário a Cagece desenvolve seu negócio que é desenvolvimento de soluções em saneamento básico; tendo como missão, Contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, provendo soluções em saneamento básico, com sustentabilidade econômica, social e ambiental. E tendo como visão de futuro até 2016, ser a Empresa mais admirada do Ceará na prestação de serviços públicos, conforme o mapa estratégico, mostrado na figura abaixo:

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014



Desde 1998, a Cagece utiliza o conceito de administração estratégica, passando a utilizar a partir de 2002 o BSC (Balanced Scorecard) para a tradução de sua estratégia. Desde então, o processo de formulação da estratégia é realizado anualmente com a participação de todo o corpo gestor, do CAE (Comitê de Assessoramento Estratégico) e da Diretoria Executiva. O CAE foi criado para dar suporte às atividades e processos do PE (Planejamento Estratégico), sendo composto por representantes de todas as diretorias, das UN's (Unidades de Negócios) e áreas estratégicas de forma a garantir o compartilhamento com todas as áreas. A partir de 2008, o processo de formulação da estratégia passou a ser realizado de forma integrada ao orçamento da organização, gerando assim planos de ação mais consistentes e assegurando sua efetiva realização.

Desde 2005, em algumas etapas são realizados eventos com todos os gestores de forma que os mesmos participam ativamente do processo de formulação da estratégia da organização. Hoje o PE é uma prática consolidada na Cagece, e seu acompanhamento dá-se através de reuniões mensais, chamadas de AMR (Avaliação Mensal dos Resultados). Estas acontecem primeiramente na Gerência com sua equipe, e posteriormente, as gerências se reúnem com seus Diretores. Nessas reuniões são discutidos os resultados alcançados e são deliberadas as ações para melhoria. A cada quatro meses todo o corpo gestor (Diretoria, Superintendentes e Gerentes) se reúne para avaliar os resultados dos indicadores estratégicos. Como melhoria do processo de avaliação, a partir de 2009, após a realização das etapas chaves também é realizado um Evento de Repasse em cada UN e na sede da organização, de forma que todos os colaboradores estejam alinhados quanto a cada etapa do processo, além de poder contribuir e acompanhar o andamento da formulação da estratégia. No ano de 2014, foram estabelecidos e acompanhados 20 indicadores estratégicos, são eles: Margem EBITDA, Índice de

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Eficiência de Execução dos Investimentos, Índice de Eficiência de Arrecadação, Índice de Reclamação de Água e Esgoto, Receita Diversificada, Índice de Satisfação dos Clientes Externos, Incremento de Ligações Ativas de Água, Incremento de Ligações Ativas de Esgoto, Estágio de atuação da Cagece com base nos indicadores Ethos de RS, Índice de Sistemas de Água Licenciados, Índice de Sistemas de Esgoto Licenciados, Índice de Água Não Faturada, Índice de andamento no prazo das licitações, Índice de execução das obras, Índice de Qualidade da Água Distribuída, Índice de Qualidade do Esgoto Tratado, Índice de Cobertura de Água, Índice de Cobertura de Esgoto, Índice de Cumprimento da Matriz de Competências e Índice de Satisfação do Empregado com o Clima Organizacional.

2. MERCADO E CLIENTES

No ano de 2014, a Cagece operou em 150 dos 184 municípios do Ceará. No exercício de 2014, a Cagece foi responsável pelo atendimento de 304 localidades no Estado com sistemas de abastecimento de água, representando aproximadamente 5,35 milhões de habitantes beneficiados, ou seja, 98,07% da população urbana na área de atuação da Companhia, um aumento de 102.272 mil novos beneficiados em relação a 2013.

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, a Cagece atendeu a 86 localidades no Ceará, beneficiando aproximadamente 2,11 milhões de habitantes. Isto representa 38,77% da população urbana ativa na área de atuação da Companhia, aumento de 47.675 mil novos beneficiados com esgotamento sanitário no ano de 2014. Ainda em 2014, a Cagece alcançou a marca de 4.480.486 habitantes ativos, com incremento de 1,74% em relação ao ano anterior.

A Cagece ciente do seu papel na prestação do serviço público e privado possui uma forte orientação social, tendo como objetivos: a ética e a responsabilidade sócio empresarial.

A estrutura tarifária da Companhia adota várias categorias de consumo, com a finalidade principal de subsidiar a tarifa paga pelos clientes com menor poder aquisitivo e de incentivar o consumo consciente, evitando assim o desperdício da água tratada, numa demonstração de preocupação com o meio ambiente.

Atualmente a Companhia conta com 08 categorias (destacadas a seguir) e distribuídas por faixas de consumo: 1.Residencial Social; 2.Residencial Popular; 3.Residencial Normal; 4.Comercial Popular; 5.Comercial II; 6.Industrial; 7.Pública; e 8.Entidades Filantrópicas.

Como forma de universalizar o acesso ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário adota como prática a utilização de uma tarifa social para imóveis que obedeçam aos critérios de padrão social de baixa renda. A Tarifa Social obedece às regras estabelecidas na Resolução 049/13 DPR/Cagece.

Seguem as estruturas tarifárias adotadas no interior e na capital do estado do Ceará, vigentes a partir das demandas de 06 de julho de 2014.

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Estrutura Tarifária de Fortaleza

Categoria	FORTALEZA		
	Faixa de Demanda (m ³)	Tarifa de Água (R\$/m ³)	Tarifa de Esgoto (R\$/m ³)
Residencial Social - Demandas máximas (10m ³)	0 a 10	0,79	0,79
Residencial Popular - Demandas mínimas (10m ³ de água e 8m ³ de esgoto)	0 a 10	1,62	1,62
	11 a 15	2,73	2,73
	16 a 20	2,93	2,93
	21 a 50	5,01	5,01
	> 50	8,84	8,84
Residencial Normal - Demandas mínimas (10m ³ de água e 8m ³ de esgoto)	0 a 10	2,15	2,37
	11 a 15	2,75	3,03
	16 a 20	2,94	3,23
	21 a 50	5,02	5,53
	> 50	8,84	9,73
Comercial Popular - Demandas mínimas (7m ³ de água e 5m ³ de esgoto)	0 a 13	2,59	2,84
Comercial II - Demandas mínimas (10m ³ de água e 8m ³ de esgoto)	0 a 50	5,41	5,96
	>50	8,28	9,11
Industrial - Demandas mínimas (15m ³ de água e 12m ³ de esgoto)	0 a 15	5,02	5,53
	16 a 50	5,82	6,40
	>50	8,84	9,73
	0 a 15	3,10	3,42
Pública - Demandas mínimas (15m ³ de água e 12m ³ de esgoto)	16 a 50	4,56	5,01
	>50	7,27	8,00
	0 a 10	1,62	1,62
Entidades Filantrópicas - Demandas mínimas (10m ³ de água e 8m ³ de esgoto)	11 a 15	2,73	2,73
	16 a 20	2,93	2,93
	21 a 50	5,01	5,01
	> 50	8,84	8,84

Fonte: Gesor Est – Coordenadoria de Estudos Econômicos Financeiros

Estrutura Tarifária Interior

Categoria	INTERIOR		
	Faixa de Demanda (m ³)	Tarifa de Água (R\$/m ³)	Tarifa de Esgoto (R\$/m ³)
Residencial Social - Demandas máximas (10m ³)	0 a 10	0,80	0,80
Residencial Popular - Demandas mínimas (10m ³ de água e 8m ³ de esgoto)	0 a 10	1,62	1,62
	11 a 15	2,73	2,73
	16 a 20	2,93	2,93
	21 a 50	5,02	5,02
	> 50	8,86	8,86
Residencial Normal - Demandas mínimas (10m ³ de água e 8m ³ de esgoto)	0 a 10	2,15	2,38
	11 a 15	2,75	3,03
	16 a 20	2,95	3,24
	21 a 50	5,03	5,54
	> 50	8,86	9,75
Comercial Popular - Demandas mínimas (7m ³ de água e 5m ³ de esgoto)	0 a 13	2,59	2,85
Comercial II - Demandas mínimas (10m ³ de água e 8m ³ de esgoto)	0 a 50	5,42	5,97
	>50	8,30	9,13
Industrial - Demandas mínimas (15m ³ de água e 12m ³ de esgoto)	0 a 15	5,03	5,54
	16 a 50	5,83	6,41
	>50	8,86	9,75
	0 a 15	3,11	3,43
Pública - Demandas mínimas (15m ³ de água e 12m ³ de esgoto)	16 a 50	4,57	5,02
	>50	7,29	8,02
	0 a 10	1,62	1,62
Entidades Filantrópicas - Demandas mínimas (10m ³ de água e 8m ³ de esgoto)	11 a 15	2,73	2,73
	16 a 20	2,93	2,93
	21 a 50	5,02	5,02
	> 50	8,86	8,86

Fonte: Gesor Est – Coordenadoria de Estudos Econômicos Financeiros

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Volume Faturado de Água e Esgoto

O volume faturado da Companhia em 2014 foi de 277,10 milhões de m³ para o produto água e 93,19 milhões m³ para o produto esgoto, com incremento de 1,2% (água) e de 3,1% (esgoto), em relação a 2013.

O incremento do volume faturado ocorreu, principalmente, em função do crescimento do número de ligações ativas de água (4%) e esgoto (3,1%) em relação ao ano de 2013.

Ligações Ativas	2014	2013	Varição
Água	1.567.671	1.513.889	3,6%
Esgoto	510.813	488.301	4,6%

Índice Água Não Faturada – IANF

Em 2014, a Cagece, através do indicador Índice de Água Não Faturada (IANF), assegurou qualidade e disponibilidade dos seus serviços, visto que este indicador representa principalmente as ações de combate à fraude, redução de vazamentos e renovação do parque de hidrômetros. As 14 equipes de combate a perdas obtiveram um bom desempenho, com metas de produção e performance batidas na grande maioria das avaliações.

Conforme dados do SNIS 2013 o indicador IN013 (Índice de perdas de faturamento) da Cagece foi de 23,48%; com este resultado, a Cagece vem se mantendo entre as companhias mais eficientes do território nacional.

O resultado do IANF obtido em 2014 foi de 25,88%, apesar de acima dos indicadores de 2013, estabelece-se dentro de um patamar desejado, comparando com a média nacional apontada em 2013, de 41%, se levarmos em consideração as situações de: estiagem dos últimos anos; alta densidade demográfica; um crescimento independente nas áreas urbanas nos municípios. Desta feita objetivando ações mais incisivas no monitoramento e gestão das perdas de água, por parte da Companhia.

Além do fenômeno de escassez hídrica, o país ainda enfrenta sérios problemas de perdas na distribuição de água tratada. O relatório do SNIS publicado em dezembro de 2014 aponta que a média nacional de desperdício é de 37%. A Cagece encontra-se na 14ª colocação em relação ao índice de perdas na distribuição (indicador IN049) dos prestadores de serviços de abrangência regional participantes do SNIS em 2013.

O relatório aponta ainda que em 2013, no Ceará, o percentual de perda de água na distribuição foi 36,5% da água tratada, abaixo da média nacional e tem segundo menor índice de perda do Nordeste. Embora os dados sejam de 2013, o relatório do referido ano aponta ainda que não houve mudança relevante em relação a 2012 e a tendência é que se mantenha ainda por longo período. Segundo o estudo, o ideal é que o índice de desperdício no país fique abaixo de 20%.

A principal causa apontada pelo SNIS para a água não chegar ao consumidor refere-se aos vazamentos em adutoras, redes, ramais, conexões e reservatórios, que podem ter como causa: excesso de pressão, a idade das tubulações, a ausência de programas de monitoramento de perdas, dentre outros fatores.

A Companhia tem como prática o estabelecimento de ações contínuas de redução, controle e monitoramento de perdas, que possibilitam o diagnóstico e o combate aos vazamentos e fraudes, buscando aumentar a eficiência da distribuição. A Cagece investe também na contratação de serviços especializados para detecção de vazamentos; houve um aumento de 39% em relação a 2013.

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Em 2013 a Companhia criou aplicativo APP Móvel, uma ferramenta de acesso fácil e rápido que possibilita maior comunicação entre o cliente e a Cagece. Desta forma, vazamentos de água, extravasamento de esgoto, denúncia de fraudes, entre outros, podem ser enviados através de qualquer dispositivo móvel, desde que conectados à internet. Para facilitar o registro, o cliente pode fotografar, com a câmera do celular ou tablet, o local da ocorrência e preencher um formulário com nome, fone e e-mail.

As unidades de negócios diariamente geram uma programação de serviços para cada equipe, via sistema comercial, onde esta sai com os serviços carregados em um dispositivo móvel, através do OS Mobile, criado em 2014. Este aplicativo permite que em campo: i) sejam atendidas e informadas as unidades em tempo real, ii) podem ser geradas novas demandas para a equipe ou até transferir OS de uma equipe para outra em tempo real e iii) possibilidade de monitoramento das equipes. Desta forma, temos todas as OS's gerenciadas, onde poderemos ter uma gestão em cima das prioridades, tempo de atendimento, rotas a serem traçadas, na qual ajudará no tempo de atendimento e satisfação do cliente. Além desta gestão em tempo de atendimento, teremos a oportunidade de ter as informações de onde tivemos maior incidência de determinados serviços e o tempo médio de execução dos serviços o que ajudarão no planejamento de melhoria nas atividades e serviços da CAGECE.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Investimentos

A Cagece tem como responsabilidade realização de ações de desenvolvimento institucional e operacional com vistas à melhoria contínua dos seus indicadores e a expansão dos seus serviços. Os recursos orçamentários provêm de recursos próprios diretamente arrecadados, operações de crédito interno, operações de crédito externo e recursos de transferências por convênios firmados com o Governo do Estado.

Resumo das obras em andamento:

- **Ampliação da Estação de Tratamento de Água da zona Oeste de Fortaleza – ETA OESTE.**

O investimento foi contratado por R\$ 150.763.438,70. Em 2014 foram investidos R\$ 19.253.134,53. O projeto beneficiará a população de 1.600.000 habitantes. Quando concluída a ETA Oeste terá uma vazão de 5m³/s, que somados aos 10m³/s da ETA Gavião, proporcionará um aumento de 50% na capacidade de produção de água tratada para a Região Metropolitana de Fortaleza - RMF e também servirá para melhorar a eficiência do sistema integrado, principalmente em momentos de paradas para manutenção preventiva e corretiva.

- **Execução das Obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Fortaleza Setor Messejana.**

O investimento foi contratado por R\$ 17.710.959,74. Em 2014 foram investidos R\$ 1.450.867,14. O projeto beneficiará a população de 495.373 habitantes, do setor Messejana de Fortaleza, pois propõe uma nova otimização das redes principais de distribuição do sistema Messejana, objetivando eliminar as deficiências de atendimento em vários pontos do setor e ampliando a capacidade de atendimento através da implantação de novas redes de distribuição.

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Horizonte – 2ª Etapa.**

O investimento foi contratado por R\$ 19.975.711,29. Após um realinhamento de desoneração, o montante a ser investido reduziu para R\$ 19.900.083,74. Em 2014 foram investidos R\$ 8.675.291,73, executando 3.808 ligações. A conclusão da obra contemplará 5.422 ligações prediais. O projeto beneficiará a população de 27.110 habitantes, da sede de Horizonte, pois proporcionará um ganho a saúde pública e combaterá a poluição dos corpos hídricos que recebem ligações clandestinas e lançamentos de efluentes fora dos padrões da classe de enquadramento do corpo receptor.

- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Tauá – 2ª Etapa.**

O investimento foi contratado por R\$ 11.096.449,50. Em 2014 foram investidos R\$ 7.073.604,47, executando 1.022 ligações. A conclusão da obra contemplará 2.930 ligações prediais de esgoto. O projeto beneficiará a população de 28.087 habitantes, do município de Tauá.

- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Viçosa do Ceará.**

O investimento foi contratado por R\$ 14.286.525,76. Em 2014 foram investidos R\$ 598.898,98, executando 17 ligações. A conclusão da obra contemplará 3.172 ligações prediais. O projeto beneficiará a população de 11.796 habitantes, da sede de Viçosa do Ceará.

- **Sistema Adutor de Ibiapaba – Ramal Principal e Ramal Norte.**

O investimento foi contratado por R\$ 37.599.285,54. Em 2014 foram investidos R\$ 4.854.617,37. O projeto beneficiará a população de 237.000 habitantes, da região de Ibiapaba, elevando a capacidade de produção de água tratada para a região e também servirá para melhorar a eficiência do sistema integrado. Quanto ao **Sistema Adutor de Ibiapaba Ramal Sul**, este foi licitado em outubro de 2014 com o valor de contrato de R\$ 34.951.371,82 e encontra-se aguardando autorização do banco financiador para emissão da ordem de serviço.

- **Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Fortaleza das Bacias CD1, CD2 e CD3-Meta 1. (CD: Margem Direita do Rio Cocó)**

O investimento foi contratado por R\$ 103.448.237,53. Em 2014 foram investidos R\$ 33.865.035,38, executando 3.469 ligações. A conclusão da obra contemplará 14.518 ligações prediais. O projeto beneficiará a população de 118.502 habitantes de Fortaleza. Bairros beneficiados: Parque Iracema; Cidade Dos Funcionários; Jardim Das Oliveiras; Salinas; Guararapes; Engº Luciano Cavalcante; Parque Manibura e Edson Queiroz.

- **Implantação do Sistema de Abastecimento de Cascavel - Adutora de Água Bruta**

O investimento foi contratado por R\$ 4.993.986,19. Em 2014 foram investidos R\$ 3.329.505,53. O projeto beneficiará a população de 37.651 habitantes de Cascavel, visando melhorias na eficiência do Sistema de Tratamento de Água, elevando a produção de água a um patamar de melhor qualidade, contribuindo para a redução da incidência de doenças de veiculação hídrica, assim como das taxas de mortalidade infantil, promovendo o desenvolvimento econômico da localidade.

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

- **Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Macrosistema (Cocó/Interceptor) em Fortaleza**

O investimento foi contratado por R\$ 82.137.632,90. Em 2014 foram investidos R\$ 3.805.775,18. O projeto beneficiará a população de 235.000 habitantes de Fortaleza, pois trará melhoria das condições sanitárias locais, conservação dos recursos naturais, eliminação de focos de poluição e contaminação, eliminação de problemas estéticos desagradáveis, redução dos recursos aplicados no tratamento de doenças, uma vez que grande parte delas está relacionada com a falta de uma solução adequada de esgotamento sanitário e diminuição dos custos no tratamento de água para abastecimento (que seriam ocasionados pela poluição dos mananciais).

- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia SE2 (SE: Margem Esquerda do Rio Cocó)**

O investimento foi contratado por R\$ 13.226.471,77. Em 2014 foram investidos R\$ 829.276,56, executando 195 ligações. O projeto beneficiará a população de 27.703 habitantes, do município de Fortaleza e contemplará os seguintes bairros Granja Portugal e parte do Bom Jardim. Deverá haver uma diminuição da disseminação de doenças, principalmente as de veiculação hídrica (cólera, febre tifóide, diarreias, verminoses, leptospirose e disenteria amebiana, entre outras), ou de origem hídrica, dado à redução do contato das pessoas com as águas residuárias dos esgotos a céu aberto e com mananciais d'água contaminados, impactando benéficamente a saúde da população e aliviando a sobrecarga sobre o setor saúde. Além disso, os valores paisagísticos e todo o bioma aquático serão beneficiados com a melhoria nos padrões de qualidade dos cursos d'água periféricos.

Vale destacar que a Cagece foi pioneira no Estado do Ceará na realização de licitações pelo Regime Diferenciado de Contratação - RDC. Em 2014, foram lançados 11 processos nessa modalidade, com objetos relacionados basicamente às obras do PAC, observando que o tempo médio para conclusão dos processos foi de 128 dias, o que representa um ganho de tempo de 40% quando comparado à modalidade Concorrência Pública, que tem prazo médio para conclusão de 212 dias, modalidade pela qual seriam processadas as licitações do porte das obras do PAC.

Plano de Investimento

O Plano de Investimentos da Cagece, que tem horizonte de 20 anos (até 2035), contempla os investimentos em execução e previstos e os projetos e planos já elaborados, bem como uma estimativa para a universalização dos sistemas.

O plano está construído em 05 categorias:

- Investimento em expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário
- Investimento em área rural
- Investimento em melhoria operacional
- Outros investimentos (gestão, desenvolvimento institucional)
- Estimativa de investimento para universalização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário operados pela Cagece

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

CATEGORIA	VALOR (R\$)
Investimento em expansão de sistemas	5.402.905.697,81
Estimativa para universalização dos serviços	7.655.726.064,96
Investimento em melhorias operacionais	1.303.117.025,52
Investimento em área rural	44.868.227,33
Outros investimentos	82.997.997,94
TOTAL (R\$)	14.489.615.013,56

Fornecimento de Água Tratada

A Cagece, sob a perspectiva de assegurar o abastecimento de água tratada na Região Metropolitana de Fortaleza cuja abrangência atinge Fortaleza e parte dos municípios de Caucaia, Maracanaú, Eusébio e Pacatuba produziu no ano de 2014 um volume de 244.537.980m³ de água potável na estação de tratamento de água do Gavião (ETA Gavião) e 27.521.742m³ na estação de tratamento de água Oeste (ETA Oeste), totalizando 272.059.722m³, atendendo integralmente os padrões exigidos pela portaria MS 2914/2011. Em relação ao exercício anterior houve um aumento no volume produzido de 17.787.867m³ (7%).

Com o objetivo de reduzir perdas e dar confiabilidade ao sistema macrodistribuidor de Fortaleza, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população usuária, as adutoras e elevatórias (Utrs – Unidade de Transmissão Remota) das linhas do macrosistema são automatizadas e operadas remotamente pelo Centro de Controle Operacional – CECOP e com ações preventivas em seu sistema, para garantir a continuidade e regularidade no abastecimento.

No interior do Estado, a Cagece produziu em 2014 140.355.473 m³ de água tratada. Um aumento de 4.459.893m³ comparado ao ano anterior, representando um crescimento de 3,28%.

Tratamento do Esgoto

Macrossistema e Tratamento do Esgoto

O índice de cobertura de esgotamento sanitário no município de Fortaleza do mês de dezembro de 2014 é de 54,77%. A Cagece trabalha insistentemente para alcançar a universalização tanto da cobertura de água quanto da cobertura de esgoto. Sabe-se que a qualidade de vida da comunidade está diretamente ligada ao bom serviço de coleta e tratamento de esgoto.

Fortaleza está dividida em três grandes bacias hidrográficas: bacia hidrográfica da Vertente Marítima, bacia hidrográfica da vertente do Rio Cocó e Bacia Hidrográfica da Vertente do Rio Siqueira/Maranguapinho. A bacia da vertente marítima localiza-se na área mais adensada de Fortaleza, englobando os bairros do Mucuripe, Aldeota e Papicu, entre outros; é um sistema complexo de coleta e transporte de efluentes, que vai desde redes coletoras convencionais de pequeno diâmetro, ou seja, 150 mm, até grandes interceptores, que chegam a 1.750 mm. O sistema também possui grandes sistemas elevatórios, que impulsionam o efluente até a EPC – Estação de pré-condicionamento, onde é realizado o pré-condicionamento do efluente, removendo a areia e materiais sólidos e grosseiros, para o lançamento no mar através do interceptor oceânico. De forma preventiva, evitando principalmente que as praias sofram qualquer tipo de

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

poluição ou contaminação, a Cagece faz o acompanhamento físico-químico e bacteriológico da pluma de dispersão do efluente, visando atender todas as diretrizes do órgão ambiental licenciador.

Na bacia da vertente marítima encontram-se as duas maiores tubulações de esgoto da Cagece: o Interceptor Oeste, que percorre o trecho pela Avenida Presidente Castelo Branco (Avenida Leste-Oeste) desde a Barra do Ceará até a EPC (Estação de Pré-Condicionamento), e o Interceptor Leste, que localiza-se em toda a extensão da Beira Mar, desde o late Clube, finalizando também na EPC.

A Cagece fez a recuperação de 1km de extensão da tubulação do Interceptor Oeste através de método não destrutivo, sem incômodo para a população circunvizinha, pois não houve abertura de valas. Desta forma, neste trecho, a quantidade de afundamentos do pavimento devido a fragilidade da tubulação anterior, reduziu-se a zero.

No Interceptor Leste a Cagece vem trabalhando para solucionar um problema recorrente quando ocorrem grandes chuvas em Fortaleza - o extravasamento de efluentes da Beira Mar, mais especificamente na esquina da Rua Tereza Hinko. O extravasamento ocorre devido à ligações clandestinas da drenagem dos imóveis à rede coletora de esgotos, ocasionando sua sobrecarga da rede coletora. Como solução está sendo prevista a relocação de algumas tubulações visando inicialmente aumentar a capacidade de vazão de efluentes neste trecho, evitando os extravasamentos.

Além da bacia da vertente marítima existem as áreas de menor adensamento populacional, onde estão localizados alguns dos maiores conjuntos habitacionais do município, como o Palmeiras, São Cristóvão e o José Walter. Todos possuem sistema de esgotamento sanitário contendo redes coletoras convencionais, sistemas elevatórios e estação de tratamento. Esses conjuntos totalizam 14 unidades padrão do Programa Minha Casa Minha Vida, e 94 estações elevatórias. As estações de tratamento possuem diferentes capacidades, desde vazões de 5 L/s a 500 L/s, e diferentes tecnologias, sendo decanto-digestor seguido de filtro anaeróbio, reatores UASB - Upflow Anaerobic Sludge Blanket, lagos de estabilização e sistemas de lodos ativados.

Para o controle dos equipamentos das várias unidades do sistema de esgotamento, a Cagece dispõe de um sistema de automação de controle do esgoto, CECO - Centro de Controle Operacional de Esgoto -. Este sistema permite operar remotamente parte das elevatórias e a EPC - Estação de Pré-condicionamento. Este sistema também tem a capacidade de gerar e armazenar os dados históricos com alta confiabilidade, para que possam ser analisados quando da ocorrência de alguma falha, quebra ou anomalia.

A Cagece faz o gerenciamento e disposição adequada de todos os resíduos gerados pelo sistema de esgotamento sanitário, sejam eles, advindos de estações elevatórias, estações de tratamento, ou mesmo da limpeza das redes coletoras e grandes interceptores. Todo o volume é disposto no Aterro Sanitário Municipal Oeste de Caucaia - ASMOC.

Visando o aumento da cobertura de esgotos na região metropolitana, a Cagece tem em seu planejamento a desativação da maioria das estações de tratamento de esgotos, que hoje requerem mão de obra intensiva, com elevado custo de manutenção e operação, e substituí-las por 3 (três) novas Estações avançadas de Tratamento de Esgoto: ETE Cocó, ETE Miriú e ETE Siqueira, consequentemente localizadas nas 3 (três) grandes bacias hidrográficas da região metropolitana.

A Cagece, além de tratar 100% dos efluentes coletados, está em contínua evolução no que se refere à cobertura da rede coletora de esgoto, com o programa SANEAR II iniciado em 2005, tem-se a previsão de alcançar a marca de 62% no Índice de Cobertura de Esgoto de Fortaleza no final de 2015. Concomitantemente está sendo atualizado o plano diretor de esgoto da Região Metropolitana de Fortaleza. O referido plano terá papel balizador na concepção futura de expansão do macrosistema e integração dos sistemas de esgotamento sanitários isolados ao primeiro, convergindo para estruturas maiores de tratamento, reduzindo os custos do complexo e melhorando a eficiência no tratamento do esgoto. A EPC, destino último de toda a coleta de esgoto do macrosistema de Fortaleza, está

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

passando por obras de melhorias operacionais, substituindo o gradeamento manual por mecanizado e também substituindo o conjunto de peneiras rotativas, ações essas que promovem melhoria na qualidade do esgoto pré-condicionado que é disposto no emissário submarino.

No interior do Estado, o índice de cobertura de esgotamento sanitário no ano de 2014 foi de 25,51%. No intuito de elevar esse índice, a Cagece captou recursos financeiros junto ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, para implantação de esgotamento sanitário em municípios do interior, a exemplo do SES – Sistema de esgotamento Sanitário de Horizonte, SES de Itaitinga, SES de Tauá e SES de Viçosa do Ceará.

Qualidade da Água

No ano de 2014 o período de estiagem continuou e a qualidade da água bruta dos mananciais superficiais tiveram uma progressiva piora, apresentando maior dificuldade para tratamento. Muitos chegaram a exaustão completa e, no caso dos Sistemas do interior, a maioria da água produzida durante o tratamento, era utilizada para lavagem dos filtros, que rapidamente chegavam no limite de operação. Em muitas situações a decisão de continuar abastecendo passou por criteriosa avaliação com relação aos parâmetros de potabilidade da água, com vistas a garantir a segurança da qualidade da água potável.

A Cagece utiliza na maioria das suas Estações de Tratamento, água de mananciais superficiais do tipo açudes. A água bruta é comprada da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh), que é responsável por fazer a gestão dos recursos hídricos do Ceará. Com a prolongação da seca em 2014, as águas destes açudes atingiram níveis baixos de volume, e como consequência disso houve uma concentração de sólidos, sais e matéria orgânica em geral na água bruta. Assim como também sofreram progressiva eutrofização, que é o enriquecimento de substâncias capazes de provocar a proliferação desordenada de algas. A eutrofização provoca mudanças na qualidade da água, incluindo a redução do oxigênio dissolvido, afetando a biodiversidade aquática, e aumento da ocorrência de florações de algas e cianobactérias. A presença destas algas na água bruta, dificulta e aumenta substancialmente os custos do tratamento.

Na capital, o suprimento de água para as Estações de Tratamento de Água, ETA Gavião e Oeste, foram garantidos através dos mananciais compostos pelos Açudes Pacajus, Pacoti/Riachão/Gavião, que pertencem à Bacia Metropolitana; Açude Castanhão, que pertence à Bacia do Médio Jaguaribe; Açude Banabuiú, que pertence à Bacia do Banabuiú e Açude Orós, que pertence à Bacia do Alto Jaguaribe, além de um reforço adicional do Rio Jaguaribe, através do Canal do Trabalhador para o Açude Pacajus.

Desta forma, o abastecimento da capital ainda não sofreu o impacto da seca, devido à segurança hídrica mantida principalmente pelo Açude Castanhão. Mas, para todos os sistemas de abastecimento de água, tanto da capital como do interior, foi necessário utilizar toda a capacidade da tecnologia de tratamento das estações e aumento do uso de produtos químicos devido à presença de altas concentrações de sólidos e algas na água bruta.

Para todos os sistemas de abastecimento de água operados pela Cagece, a qualidade foi monitorada através do cumprimento dos planos de amostragem apresentados às respectivas Vigilâncias Sanitárias Municipais, conforme exige a Portaria nº 2914 do Ministério da Saúde. Foram avaliados parâmetros de potabilidade para consumo humano, microbiológicos, substâncias químicas que representam risco à saúde, cianobactérias, cianotoxinas, assim como parâmetros relativos ao padrão organoléptico.

Para cada etapa dos sistemas de abastecimento, desde a captação da água bruta, tratamento nas Estações, até a distribuição da água tratada nas redes, a Cagece manteve o monitoramento da qualidade da água através de sua rede de laboratórios. Atualmente a

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Cagece possui 206 Laboratórios de análises de água, sendo 09 laboratórios regionais de médio porte, localizados nas cidades de Russas, Itapipoca, Crateús, Sobral, Acopiara, Juazeiro, Quixadá, Tianguá e Fortaleza, responsáveis pelo monitoramento da qualidade da água distribuída à população através das Redes; 196 laboratórios operacionais, localizados nas Estações de tratamento de água, responsáveis por realizar o controle da qualidade da água produzida a cada 2 horas; e o Laboratório Central, localizado em Fortaleza, sendo a maior unidade laboratorial com aproximadamente 2.300m³ distribuídos entre ambientes de análises, preparação de amostras, unidades de esterilização de frascos de coletas, dentre outros; com equipamentos de última geração, o qual realiza o monitoramento da água distribuída na capital e dá suporte aos Sistemas do interior, através da realização de análises de média e alta complexidade, como é o caso das análises de algas, cianotoxinas, agrotóxicos, metais pesados, entre outros.

Com sua rede de laboratórios de análises de água, a Cagece realizou no ano de 2014 um total de 1.348.633 (Um milhão trezentos e quarenta e oito mil e seiscentos e trinta e três) análises.

Como medida de aferição da confiabilidade analítica destes laboratórios, a Cagece no ano de 2014 participou de diferentes programas de proficiência laboratorial. São vários os benefícios advindos da participação neste tipo de programa, dentre eles destacamos a comparação que o laboratório pode fazer do seu desempenho frente a laboratórios semelhantes de todos os Estados da Federação. A Cagece participou, com nove de seus laboratórios, em um total de nove rodadas, com os provedores de ensaio de proficiência PEP CEDAE do Rio de Janeiro, ABES PROÁGUA de Franca do estado de São Paulo. Em 2014 também foram realizadas duas rodadas do ensaio interlaboratorial da Cagece para os parâmetros físico-químicos de água (turbidez, pH, cor aparente, flúor e cloro residual livre) para melhorar ainda mais as ferramentas de controle dos laboratórios da companhia.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Bruta de Serviços

Em 2014, a Cagece obteve uma receita bruta na ordem de R\$ 1.047,04 milhões, sendo R\$ 659 milhões com serviços de abastecimento de água, e R\$ 240,22 milhões com serviços de esgotamento sanitário. Além disso, a Companhia registrou um montante de R\$ 147,82 milhões com receitas dos contratos de construção.

A receita bruta de água e esgoto em 2014 foi no montante de R\$ 899,23 milhões, representando um crescimento de 16,38 % em relação ao ano de 2013. O crescimento deve-se ao aumento de 1,69% no volume faturado de água e esgoto e do reajuste tarifário de 7,51%, aplicado de forma linear para todas as categorias e faixas de consumo, passando a vigorar a partir de 06 de julho de 2014 para os clientes do interior do Estado e 7,30% para Fortaleza, passando a vigorar no mesmo período.

Em atendimento ao pronunciamento de nº 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a Companhia registrou receita de construção no valor de R\$ 147,82 milhões.

	2014	2013	Var. %
Receita de Água	659,00	630,37	4,54%
Receita de Esgoto	240,22	214,79	11,84%
Receita Operacional de Água e Esgoto	899,23	845,16	16,38%
Receita de Construção	147,82	109,61	34,85%
Receita Bruta de Serviços	1.047,04	954,78	51,24%

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados e as despesas comerciais e administrativas em 2014 totalizaram R\$ 1.181,44 milhões, representando um acréscimo de 77,29% em relação ao ano de 2013. Essa variação deve-se, principalmente, aos seguintes fatos que, conforme a natureza das despesas, não possuem impactos significativos no caixa da Companhia no exercício:

- A adoção do custo atribuído gerou um aumento anual de aproximadamente R\$ 231,5 milhões nas despesas com depreciação e amortização comparadas a 2013, em virtude da revisão das estimativas da vida útil remanescente e do acréscimo na base de bens de ativos imobilizados e intangíveis da Companhia.
- A Companhia apropriou em 2014 a diferença dos custos de depreciação e amortização apurada no recálculo do período de 2009 a 2013, decorrentes da adoção do custo atribuído. O impacto financeiro dessa depreciação recalculada foi de R\$ 205,85 milhões em 2014.
- Outro fator relevante ocorrido em 2014 que contribuiu para o aumento dos custos e despesas foram as adesões ao plano de incentivo a aposentadoria, com adesão de 100 (cem) colaboradores, gerando um resultado de R\$ 45,1 milhões. Essa despesa reconhecida em 2014 é uma provisão para um desembolso a ser realizado em 6 (seis) anos, tendo um efeito predominantemente econômico em 2014.

	2014	2013	Var. %
Custos dos Serviços Prestados	872,66	392,26	122,47%
Despesas Comerciais	86,95	88,92	-2,22%
Despesas Administrativas	221,83	185,21	19,77%
Custos e Despesas	1.181,44	666,39	77,29%

Lucro Líquido e Rentabilidade

No ano de 2014, o prejuízo foi de R\$ 251,68 milhões. A inversão no lucro líquido em 2014, comparado a 2013, deve-se principalmente aos resultados das contas de depreciação e amortização após adoção do custo atribuído e das novas adesões ao plano de incentivo a aposentadoria, conforme explicação do tópico anterior.

	2014	2013	Var. %
Receita Líquida	962,83	876,48	9,85%
Patrimônio Líquido	2.463,93	1.689,96	45,80%
Lucro Líquido/Prejuízo	-251,68	56,20	-547,83%

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Remuneração aos Acionistas

O estatuto da Companhia define que os dividendos, participações ou bonificações que couberem ao Estado do Ceará e suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, assim como a União, Municípios, serão creditados em conta especial para aplicação posterior, em aumento de capital da Companhia, como participação acionária daquelas entidades.

Os dividendos mínimos são reconhecidos na rubrica recursos recebidos de convênio e/ou termo de cooperação, no passivo não circulante das Demonstrações Financeiras da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral Ordinária.

É importante destacar que, a despeito do prejuízo econômico auferido no exercício de 2014, que traduz na sua essência a defasagem na remuneração dos bens utilizados na prestação dos serviços, inúmeros são os desafios enfrentados na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará, em particular no último ano, tendo em vista a estiagem que assola o Estado, e, sobretudo em função dos seguintes aspectos: características hidrológicas; necessidade intensiva de capital para a manutenção da estrutura existente; financiamento público preponderantemente para expansão dos sistemas; falta de adesão voluntária da população aos serviços de esgotamento sanitário; dentre outras. Ano após ano, o lucro obtido tem sido aplicado pelos acionistas na Companhia em investimentos, melhorias e renovação gradual dos ativos relativos à prestação dos serviços, assim como para o pagamento do serviço da dívida, embora, seja necessário um longo caminho a ser percorrido para garantir na plenitude a qualidade, continuidade e universalização dos serviços.

Levantamento e avaliação dos bens patrimoniais

A Companhia contratou por meio de Concorrência Pública a Empresa Engevias Engenharia e Consultoria Ltda, resultando no Contrato nº 0092/2012 de 11 de julho de 2012, tendo como objeto a realização do levantamento e avaliação do ativo operacional e bens de uso geral, segregado por Município, Unidade de Negócio e Serviço, e Produto (água, esgoto, comum aos dois produtos e administrativo), com a definição do valor de mercado e expectativa de vida útil remanescente para fins de cálculo da depreciação, resultante dos investimentos realizados pela Cagece.

Esse trabalho foi desenvolvido seguindo a metodologia de avaliação patrimonial fundamentada nas determinações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e de acordo com as seguintes etapas:

- Inventário físico dos bens imóveis com todos os dados do imóvel: fotos, croqui com medidas e confinantes, benfeitorias, infraestrutura pública, coordenadas geográficas, etc; e dos bens móveis por meio de tablet, com foto, tombamento patrimonial, descrição, idade aparente, estado do bem, fabricante, etc.
- Inventário de hidrômetros e ligações de água e esgoto realizado com base no cadastro do sistema comercial da Cagece, utilizando informações de data de implantação, padrão de ligação e tipo de material;
- Inventário de redes de água e esgoto realizado com base no cadastro técnico da Cagece, com informações de extensão, tipo de material e diâmetro;
- Conciliação contábil com os bens anteriormente registrados no sistema de controle patrimonial da Companhia, realizada no ato da vistoria e posteriormente em escritório;
- Avaliação dos bens imóveis com base em pesquisa de mercado na região e custos unitários básicos da construção civil e dos

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

bens móveis com base em preço de pesquisa de mercado, descontada a depreciação do bem, tendo em vista a idade aparente e o estado do bem; e

- Determinação de vida útil com base no histórico da Companhia, experiência dos técnicos da Cagece e benchmark.

A etapa de levantamento físico e mensuração dos valores e vida útil dos bens foi finalizada em abril de 2014, quando foram iniciados os trabalhos de registros contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia decorrentes: (i) da revisão das estimativas da vida útil remanescente; (ii) do reconhecimento do custo atribuído; (iii) do reconhecimento do ativo financeiro vinculado a cada concessão; e (iv) dos consequentes impactos fiscais.

Tais registros, conforme citado anteriormente geraram um aumento anual de aproximadamente R\$ 231,5 milhões nas despesas com depreciação e amortização em decorrência da revisão das estimativas da vida útil remanescente e do acréscimo na base de ativos da Companhia.

Estes registros também ocasionaram o reconhecimento de um custo atribuído no valor de R\$ 1.420,42 milhões e ativo financeiro vinculado à concessão, dos Sistemas de abastecimento de água e Esgotamento sanitário, entre a Cagece e as Prefeituras dos municípios atendidos pela Companhia, no total de R\$ 147,98 milhões, assim como, tributos fiscais diferidos de R\$ 482,9 milhões.

Além disso, esse trabalho permitiu a recomposição do controle patrimonial dos bens integrantes do ativo imobilizado e intangível das concessões.

Paralelamente a Cagece vem elaborando um trabalho de melhoria nos controles dos bens e direitos registrados no imobilizado e intangível, adequando os registros contábeis conforme padrões estabelecidos nos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e redesenhando os processos que envolvem movimentações de bens patrimoniais da Companhia.

Revisão tarifária

O processo de avaliação dos ativos será um dos fatores determinantes para a retomada da aplicabilidade das revisões e reajustes tarifários da Companhia.

Diante do fato dos ativos não terem sido auditados e certificados a partir de 2013, permitindo que qualquer agente pudesse determinar com segurança qual a acurácia dos lançamentos contábeis dos ativos da Cagece, e respectivas despesas de depreciação e amortização desses, a Agência Reguladora do Ceará - ARCE adotou um cenário de transição enquanto eram avaliados os ativos em serviço da Concessionária e definidas as metodologias econômicas que permitiriam imprimir eficiência à operação dos serviços. A ACFOR, agência reguladora atuante no município de Fortaleza aplicou o IGPM.

De 2013 a 2014 foi adotado para efeito de reajuste tarifário do interior do Ceará o RTP, Reposicionamento Tarifário Provisório, que se resumia a vincular a evolução das tarifas de água e esgoto da Cagece à tendência do IGP-M, acrescido dos índices de produtividade e qualidade estimados, não observando, no entanto a remuneração dos ativos existentes. Frente a avaliação dos ativos e sua efetiva contabilização, poderá ser identificado o real custo do serviço da companhia e retomada a recuperação da sua defasagem em relação a tarifa média praticada, caminhando para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

5. GESTÃO DE PESSOAS

Para que possa alcançar a missão e visão de futuro descritas em seu Planejamento Estratégico, assim como superar os desafios de mercado é fundamental para Cagece contar com profissionais competentes e comprometidos com os resultados organizacionais. Esse diferencial composto pelo nosso quadro de empregados é um ativo estratégico que procuramos preservar. A Cagece busca viabilizar o crescimento profissional por meio de oportunidades e reconhecimento. Anualmente o corpo funcional possui a possibilidade de promoção pelos esforços empreendidos em mérito corporativo e individual (Avaliação de Desempenho, treinamentos comportamentais e técnicos), além de outros critérios de esforço individual, como: participação em comitês, instrutoria interna, publicações/apresentações científicas, apresentação de projetos de melhoria e reconhecimento por esforço educacional (educação formal). As regras para promoção são disciplinadas no Manual da Política de Promoções - "Tempo e Mérito: promovendo Cageceanos".

Em 2013 e 2014, em parceria com o Instituto Publix, a CAGECE constituiu um trabalho intitulado Projeto Gestão para Resultados. Este vem permitindo, especialmente, uma reanálise e novas proposições para Estrutura Organizacional, Processos e Gestão de Pessoas.

Na frente Gestão de Pessoas, foi revisado o *Plano de Cargos e Remuneração vigente, Política de Promoção, Dimensionamento de Pessoal e Carreira Gerencial*. Os referidos processos, acrescidos ao processo Avaliação de Desempenho, estão sob atenção especial para revisão em 2015, tendo em vista sua ampla e complexa comunicação e melhorias na gestão de pessoas da empresa.

Em 2014, realizamos a 9ª rodada de *Avaliação de Desempenho* com a participação de todo quadro funcional próprio com admissão até 31/07/2014. A apuração dos resultados ocorreu até fevereiro de 2015. Este processo, além de subsidiar os processos de desenvolvimento dos empregados, é um ponto forte de avaliação junto a Política de Promoção vigente.

A CAGECE, seguindo o raciocínio de revisão de processos com foco em resultados, também tem como meta ainda em 2015, a revisão da Gestão do Desempenho, buscando além da avaliação comportamental, considerar os resultados e entrega do corpo funcional.

A Cagece encerrou o ano de 2014 com 1.361 empregados próprios, em seu quadro, regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), cuja idade média é de 56 anos. Desses números temos 810 empregados com mais de 30 anos de Companhia, 55 empregados com tempo de Cagece entre 20 e 29 anos, 164 empregados com tempo de Companhia entre 10 e 19 anos e 526 empregados com menos de 10 anos de Cagece.

A Cagece, em 2013, mediante autorização do ilustríssimo senhor governador do Estado, Sr. Cid Ferreira Gomes, realizou concurso público para provimento de novos 315 empregados. O edital do concurso público foi publicado no dia 19 de fevereiro de 2013, sob a organização da Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt – FUNCAB.

Em 2014 realizamos convocações para os cargos de: Advogado, Analista de Gestão, Analista Químico, Arquiteto, Biólogo, Engenheiro, Médico, Tecnólogo e Técnico Administrativo Operacional, visualizando suprir tanto as 315 vagas autorizadas pelo Governo do Estado, conforme Edital de Publicação, como também, convocação do quadro reserva, substituindo, inclusive, vagas de aposentadorias em conformidade com o quadro de emprego estabelecido por Lei.

Totalizamos em 2014, 188 convocações e obtivemos 124 admitidos. Estes novos empregados, quando da sua admissão, receberam formação de imediato no intuito de conhecerem melhor a Cagece, bem como, apresentarem-se aptos para o exercício de suas funções.

A Cagece poderá prorrogar o concurso por mais dois anos e desta forma, poderá garantir a renovação de seu capital humano até o ano de 2017, visto que a previsão de aposentados para o período é de aproximadamente 20 a 30% de seus 1.453 empregados, referente ao seu quadro total de vagas.

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Além disso, abrigamos 337 estagiários e 60 jovens aprendizes – que conjugam a oportunidade de trabalho à realização de cursos de qualificação através do Programa Primeiro Passo do Governo do Estado do Ceará.

A *qualificação e a formação* de nossos colaboradores sempre mereceu atenção especial. Em 2014 tivemos os seguintes resultados:

- 7.191 treinamentos, sendo capacitados 1.330 (posição até dia 04/12/14)
- O investimento realizado em treinamento e desenvolvimento para os empregados próprios foi de R\$ 387.232, 58
- R\$ 263.166,23 referente à contratações
- R\$ 79.760,00 referente à treinamentos internos
- R\$ 44.306,35 referente à cursos de longa duração (especializações).

No que se refere ao desenvolvimento dos líderes, a Gerência de Pessoas - GEPES promoveu três capacitações intituladas Encontro de Líderes, caracterizadas por palestras que traziam temáticas atuais para reciclagem dos gestores. Foram realizadas as seguintes palestras:

- O impacto da multitarefa na atenção gerencial, com o palestrante especialista no assunto da Goldtratt Consult, em 29/08;
- Liderança: a competência que faz diferença na gestão organizacional, com o palestrante prof. Luciano Braga, em 25/09;
- Felicidade SA – por que a satisfação com trabalho é a utopia possível para o século XXI, com o palestrante e jornalista Alexandre Suplicy, em 24/10.

Em 2014, foi dada continuidade ao trabalho de *mapeamento de competências*, obedecendo ao indicador corporativo Índice de cumprimento da Matriz de Competências. No trabalho realizado as necessidades de desenvolvimento e capacitação de todo corpo funcional da Companhia são identificadas, compreendendo categorias de competências: organizacionais, gerenciais, setoriais e outras. As matrizes de competências são validadas por todos os gestores e servem de subsídio para o Diagnóstico de Necessidades de Treinamento, bem como, para os demais processos de desenvolvimento da empresa.

A Cagece, preocupada com a satisfação dos seus colaboradores, promoveu, no período de 2013 e 2014, ações importantes para a estruturação e fortalecimento da segurança, saúde e qualidade de vida.

Dentre as ações foram definidos indicadores para o acompanhamento dos objetivos da segurança e da saúde ocupacional, sendo estes: Índice de Frequência de Acidentes, o Índice de Absenteísmo e o Percentual de implementação do PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS-PPRA para UNIDADE DE NEGÓCIO-UNs e UNIDADE DE SERVIÇO-USs. Ainda, em relação a ações voltadas a estrutura o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) recebeu novos concursados, como Técnicos de Segurança do Trabalho (2), Técnico de Enfermagem do Trabalho (1), Engenheiro de Segurança do Trabalho (1) e o Médico do Trabalho (1), portanto reforçando o quadro técnico.

As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CIPAs), teve seu número ampliado com admissão de novos empregados a partir de outubro/2013, contribuindo, principalmente com relação as Unidades do interior antes contando com os

QUANTIDADE		
	CIPAs – 2013	CIPAs - 2014
Capital	9	10
Interior	2	8
TOTAL	11	18

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

representantes de segurança, conforme quadro abaixo:

Destacamos que este novo quadro de comissões vem fortalecer a realização das ações de segurança nas Unidades, estimulando a formação da cultura preventiva na Companhia.

Ressaltamos, também, a realização dos eventos voltados a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT). Este evento tem como objetivo a conscientização dos trabalhadores em relação às práticas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Em 2013 e 2014, as SIPATs foram realizadas em todas as Unidades da capital e interior tendo 16 Unidades atendidas. O evento promove palestras, dinâmicas de grupo e serviços, envolvendo todos os colaboradores, conforme segue no quadro abaixo:

DADOS SIPAT	2013	2014
De unidades atendidas	16	16
Quantidade de Dias de evento:	3 dias de evento em média	3 dias de evento em média
Número de palestras realizadas:	61	123
Quantidade de serviços ofertados:	1(massoterapia)	4(massoterapia, vacinação, aferição de pressão, limpeza de pele)
Número de colaboradores participantes:	2015	3680

Ao disseminar informações sobre prevenção dos riscos, hábitos seguros, entre outros assuntos concernentes à Segurança e à Medicina do Trabalho, as SIPATs oferecem a oportunidade de todos os trabalhadores fazerem uma pausa em sua rotina para refletir e aprender mais sobre prevenção e trabalho seguro.

Buscando a capacitação dos seus colaboradores, foram realizados 14 tipos de treinamentos voltados à prevenção de acidentes do trabalho, doenças ocupacionais e neste ano de 2014 iniciamos a realização da capacitação para situações de emergência envolvendo brigadistas e colaboradores na ETA-Gavião, ETA-Poty, ETA-Tianguá e ETE-Maratoan

De 2013 para 2014 podemos verificar, conforme quadro de registro de treinamentos, uma evolução no número de empregados atendidos, como também, o aumento do número de treinamentos, mantendo um índice de aproximadamente 17 horas-aula por turma.

Registros Treinamentos Realizados:

DADOS	2013	2014
Números de treinamentos	5	12
Número de turmas	14	34
Número de empregados	274	610
Quantidade de horas-aula	240	580

No âmbito da saúde ocupacional, no período de 2013 a 2014, foram realizados atendimentos para empregados próprios e terceirizados, tanto na área assistencial como ocupacional, conforme segue no quadro de atendimentos do setor médico abaixo:

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

ATENDIMENTO	2013	2014
Clinico		
Empregados Próprios	1.265	1.358
Terceirizados	659	651
Ocupacional		
Admissional	390	240
Periódico	298	225
Retorno ao trabalho	3	10
Mudança de Função	-	2
Demissional	8	47
Total de atendimento no ano:	2.623	2.533
Total		5.156

O principal desafio atual, da saúde ocupacional, é promoção da medicina preventiva. Esta proposta de trabalho vai além da medicina reativa, que trata o empregado quando este já apresenta algum quadro clínico, estimulando os colaboradores a terem práticas preventivas na sua saúde. Esta abordagem requer uma nova forma de atuação, buscando antecipar ações do setor médico, portanto não se limitando a atendimentos.

Interessada em conhecer os fatores que contribuem para a satisfação do corpo funcional, a Cagece realiza, anualmente, pesquisa para identificar os tópicos que influenciam a percepção dos colaboradores e interferem no clima.

Os resultados apurados, após análise e divulgação, orientam a elaboração de um plano de ação com vistas à manutenção e aprimoramento dos itens reportados como satisfatórios ou a correção daqueles que foram apontados como insatisfatórios.

Em 2014, apurou-se uma elevação de quase 4 pontos percentuais no resultado geral de satisfação na Cagece, medida entre empregados e colaboradores terceirizados.

Os incentivos realizados com vistas à melhoria da saúde e qualidade de vida dos colaboradores têm relação direta com o alcance dos objetivos organizacionais, diante dessa premissa a Companhia investe em programas, projetos e ações tais como:

- Semana de Saúde do Trabalhador (Sesat)
- Programa de Elevação da Escolaridade
- Programa Fluir
- Grupo Água Viva
- Grupo de Gestantes
- Ginástica Laboral
- Campanha Natal Solidário

A Companhia mantém o Programa VIVA, programa de preparação para aposentadoria que presta informações aos empregados sobre aspectos financeiros e sociais que envolvem o processo de aposentadoria. Objetiva preparar os empregados para nova fase de suas vidas, a pós-carreira (aposentadoria). É uma forma de minimizar o impacto da quebra do vínculo empregatício e da perda da identidade organizacional do indivíduo, bem como propiciar a vivência de novas experiências. Participam do Programa todos os empregados que preenchem as exigências estabelecidas para pleitear o benefício junto a Previdência Social.

A Cagece possui dois planos de incentivo à aposentadoria o PRSP e o PPA.

- O PRSP: Plano de Reconhecimento por Serviço Prestado foi aprovado pelo Conselho de Administração da Cagece em reunião realizada em 12/09/2007. O objetivo do plano é proporcionar aos empregados da Cagece, participante da caixa de previdência privada (Cageprev), condições de aposentar-se recebendo benefícios financeiros temporários da empresa, na

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

forma do Contrato de Adesão celebrado entre as partes.

- O PPA: Programa Permanente de Incentivo à Aposentadoria foi aprovado pela Diretoria em 17/03/2003, conforme RD 014/2003, com o objetivo de conceder incentivo à aposentadoria aos empregados aposentados pelo INSS, que se desligasse da Cia. Esse plano atendia a todos os empregados, independente da participação na Cageprev. Houve revisão e melhorias nos dois planos, resultando em uma adesão de 100 empregados pelo PRSP II e de 04 pelo PP II, durante o período de março a dezembro de 2014.

6. CERTIFICAÇÕES DA QUALIDADE

Em 2014, a qualidade na prestação de serviços foi ratificada com a auditoria de recertificação ISO 9001:2008 pelo órgão certificador ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, nos seguintes processos: i) Tratamento e Controle de Qualidade de Água das Estações de Tratamento de Água: Gavião, Maranguape, Russas, Poty (Crateús) e Jaburu (Tianguá); ii) Verificação e Manutenção de Medidores do Laboratório de Hidrometria; iii) Controle de Qualidade da Água e Efluentes do Laboratório Central; iv) Atendimento Presencial a Clientes em 14 lojas na Capital e RMF, 1 loja em Crateús e 2 lojas em Juazeiro do Norte.

O Laboratório de Hidrometria manteve o título de Posto de Ensaio Autorizado – PEC 82, após auditoria de manutenção realizada pelo INMETRO. Neste mesmo período as ações de implantação da Norma ISO/IEC 17.025:2005 para Acreditação, junto ao INMETRO, continuaram a ser desenvolvidas.

Em 2014, foi dada continuidade as atividades de implantação do Sistema de Gestão da Qualidade – ISO 9001 nos laboratórios regionais da UN-BPA e UN-BSA, visando prepará-los para a implantação da Norma ISO/IEC 17.025:2005 conforme exigência da Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde. Em 2014, o Laboratório Central iniciou o processo de preparação para a acreditação pela Norma ISO/IEC 17.025:2005, com a contratação da consultoria especializada.

Pontuando as ações de implantação do SGA – Sistema de Gestão Ambiental nas estações de tratamento de água do Gavião (UN-MPA), Jaburu (UN-BSI) e Poty (UN-BPA) e estação de tratamento de esgoto Maratoan (UN-BPA) temos os Programas 5S e Combate a Fumaça Preta, esta última implantada em âmbito corporativo. Neste período foi criado o Comitê Gestor do Sistema de Gestão Ambiental - SGA, aprovada a Política e os Objetivos Ambientais, dentre outras atividades exigidas pela Norma NBR ISO 14.001:2004 e iniciadas outras ações como o Plano de Resposta a Emergência e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Cagece tem o compromisso de compatibilizar suas atividades com a preservação do meio ambiente, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, visando assegurar que suas atividades atendam aos requisitos legais e corporativos. A execução das obras da Cagece está em conformidade com a legislação ambiental em vigor e em respeito ao patrimônio arqueológico do Estado. A Cagece desenvolve, de forma contínua, diversos projetos de controle socioambiental, dentre eles:

- Monitoramento e Controle Ambiental do Sistema de Disposição Oceânica de Esgotos de Fortaleza (SDOES).

Os esgotos de Fortaleza têm como solução final à disposição oceânica. Antes, porém, estes efluentes recebem um tratamento primário

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

na Estação de Pré-Condicionamento (EPC) para a retirada de materiais finos, grossos e areia através de gradeamento, peneiração e desarenação mecanizados. Após este condicionamento, os efluentes são bombeados através do emissário submarino a ponto de lançamento no mar, localizado a uma distância de 3,2 km do continente.

- Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

A A3P é um projeto formulado e disseminado nas três esferas governamentais pelo MMA, desenhado para desempenhar um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental. Essencialmente, a Agenda busca estimular os gestores e colaboradores da companhia a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras, com vistas à economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos. Implantada desde 2010 na Cagece, a A3P vem desenvolvendo ações contínuas que promovem o atendimento as diretrizes estabelecidas pela Agenda.

No ano de 2014, a A3P desenvolveu e acompanhou projetos/ações voltados para os seguintes eixos estratégicos:

- ✓ Gestão adequada dos resíduos gerados: No Programa de coleta seletiva de Lixo, intitulado coletando saúde e solidariedade, foram arrecadados cerca de 5.987 quilos de lixo que foram destinados a Entidade Filantrópica. Esta campanha visa promover o engajamento dos empregados no esforço a preservação do meio ambiente, despertando o espírito voluntário e cidadania.
- ✓ Projeto de Descontaminação de Lâmpadas Fluorescentes: Promoveu a coleta seletiva e descarte ambientalmente correto de 4.500 lâmpadas fluorescentes utilizadas nas unidades da Cagece e recolhidas em gincana organizada pela GDEMP.
- ✓ Sensibilização e Capacitação dos Servidores: foram realizados ao longo do ano treinamentos nas Unidades de Negócio da Capital e Interior para sensibilização dos colaboradores em relação à Agenda Ambiental na Administração pública A3P e Coleta Seletiva de Lixo. Foram treinados cerca de 300 colaboradores, dentre os empregados próprios, terceiros e estagiários.
- ✓ Projeto Pop-up: Tem por objetivo a comunicação com todos os colaboradores da empresa, através de mensagens instantâneas que surgem na área de trabalho dos computadores com intenção de alertar para algum tema relacionado ao meio ambiente. Este projeto foi proposto pelo comitê e desenvolvido pela área de informática da companhia a custo zero e tem mostrado resultados bastante positivos, podendo ser observado nas ações e comentários dos colaboradores.
- ✓ Projeto Correio Eletrônico A3P: uma das ferramentas de aplicação da Agenda Ambiental na Administração Pública na Cagece, qual objetiva a propagação de assuntos pertinentes à responsabilidade socioambiental por meio de uma apresentação em slides enviada por e-mail. O correio é produzido e enviado aos colaboradores um mês sim e outro não, totalizando 6 (seis) produções anuais. As temáticas trabalhadas no correio eletrônico de 2014 foram: Como fazer chover? ; A Caatinga: a Nossa Mata Branca; 15 Anos de A3P; Plásticos alternativos; Consumo Consciente e Papel de plástico.
- ✓ Projeto eliminação de copos descartáveis: Pautado em consonância com os eixos estratégicos gestão adequada dos resíduos gerados e uso racional dos recursos naturais e bens públicos este projeto tem por objetivo reduzir o passivo gerado na companhia em razão do uso de copos descartáveis. Antes da implementação do projeto, eram consumidos na sede da companhia cerca de 65.000 unidades de copos descartáveis por mês. Após a

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

implementação do projeto este consumo reduziu para cerca de 3000 unidade/mês.

- ✓ Simpósio Ambiental: Em 2014 foi realizado o I Simpósio Ambiental sob a temática: Resíduos Sólidos. O Simpósio destacou a problemática dos resíduos sólidos, uma vez que, a Cagece classifica a falta de manejo do lixo como um sério entrave para o desenvolvimento sustentável, a manutenção da saúde e qualidade de vida da população. O evento elencou conhecimentos e discussões sobre aspectos relevantes ao assunto referido, para a própria realização do seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e instrução de seus colaboradores.
- ✓ Artigo Científico: A Cagece participou do X Congresso Nacional de Excelência em Gestão com a apresentação do artigo: Coleta Seletiva-Estudo de caso da Companhia de Água e Esgoto do Ceará-Cagece. O objetivo do artigo foi avaliar o programa de coleta seletiva da CAGECE, acompanhando a evolução da sua implementação.

Em 2014, A Cagece recebeu do Ministério do Meio Ambiente o Selo verde, por adesão ao programa e o Selo prata pela entrega do relatório anual das atividades desenvolvidas pela A3P na Cagece, que comprova o empenho em cumprir as metas e o compromisso com o crescimento sustentável.

8. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Companhia, na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, dentre outras atribuições, celebra convênios de cooperação técnica com empresas de diversas especialidades do setor de saneamento. Dentre os projetos desenvolvidos em 2014 destacamos os seguintes:

- Estudo da vazão de esgoto do Conjunto Habitacional Aracapé III
- Calibração de modelos de estimativa da produção de biogás em reatores UASB
- Estudo das lâminas de irrigação utilizando esgoto doméstico tratado na produção de maracujazeiro amarelo (*Passiflora edulis* Sims f. *Flavicarpa* Deg).
- Avaliação do Fitoplâncton de Lagoas de Estabilização
- Estudo de Viabilidade da Técnica de Coagulação Aprimorada aplicada à Filtração Direta

Para viabilizar e ampliar o número de pesquisas, em 2014 a Cagece buscou parcerias com instituições de ensino e pesquisa locais e nacionais para elaboração e submissão de projetos a editais de fomento.

Os projetos abaixo relacionados foram submetidos e aprovados junto ao Edital INOVA Sustentabilidade (BNDES/FINEP):

- Unidade de produção de biocombustíveis a partir de resíduos do tratamento de esgotos
- Desenvolvimento de planta e processos de tratamento de efluentes industriais com aproveitamento de produtos de valor agregado
- Unidade de processamento de areia e lodo oriundos de estações de tratamento de esgoto
- Soluções modulares para tratamento de água em pequenos municípios
- Soluções modulares para tratamento esgotos

Projetos submetidos e aprovados junto ao Edital CNPq/SETEC

- Avaliação técnica e econômica de agentes químicos para desinfecção de efluentes domésticos

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

- BHOIA - Boia Holonômica para Investigação Ambiental

Projetos submetidos e aprovados junto ao Edital Universal do CNPQ

- Estudo das lâminas de irrigação utilizando esgoto doméstico tratado na produção do maracujazeiro amarelo
- Modelagem hidrodinâmica e cinética de reator UASB.

Em 2014 foram iniciadas as obras para instalação do Centro de Pesquisa em Tratamento de Esgoto, o qual contará com diversas tecnologias de tratamento em escala piloto para o desenvolvimento de inúmeras pesquisas envolvendo o desenvolvimento de novos produtos e processos para o tratamento de esgoto. Sua Primeira Etapa está prevista para ser concluída em junho de 2015.

No período de 2012 a 2015, foram captados recursos R\$ 4,7 milhões da Agência Nacional de Águas para requalificação do Centro de Pesquisa em Reúso em Aquiraz para implantação de projetos de reúso agrícola em parceria com Prefeituras Municipais, como Catarina, Jaguaribara e Mauriti.

Projetos de Reuso

Em 2014, foi captado recurso de R\$ 1.5 milhão para produção de frutas e sementes na cidade de Mauriti utilizando como água de reúso o efluente tratado do sistema de tratamento que atende ao município. O projeto é uma parceria com a Prefeitura Municipal de Mauriti, tendo o município como proponente e a CAGECE como interveniente.

Pesquisas de reúso agrícola também foram desenvolvidas em parceria com o IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, para produção de maracujá e feijão na serra da Ibiapaba na cidade de Tianguá.

Em conjunto com a Universidade Federal do Ceará, foi desenvolvido projeto para a produção de composto orgânico utilizando lodo de fossa séptica, apresentando, de acordo com análises realizadas, potencial agrônomo satisfatório.

Durante 2014, a Coordenadoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – COPED, elaborou projetos de cerca viva utilizando água de reúso para irrigação oriunda de efluente de algumas ETEs da CAGECE, visando melhorar a segurança e estética da área.

Projeto de Aproveitamento de subprodutos

Durante os processos de tratamento de esgoto são produzidos alguns subprodutos na forma sólida, semi-sólida, líquida e gasosa, os quais podem requerer tratamento específico antes de sua disposição no meio ambiente, sendo, porém passíveis de reaproveitamento. Nesse sentido a Cagece vem desde 2011 trabalhando em um projeto de pesquisa visando à conversão desses resíduos em biocombustíveis. Em 2014 foi contratada a construção de uma unidade piloto para processamento de resíduo, cuja finalização da obra está prevista para junho de 2015. Ainda nesta linha, encontra-se em fase final de contratação dos recursos financeiros captados junto ao BNDES em 2013 para um projeto de uma ETE com aproveitamento de areia e lodo. Em 2014 foram submetidos e aprovados cinco projetos ao edital INOVA Sustentabilidade (BNDES e FINEP), dentre os quais um com o objetivo de desenvolver uma planta de beneficiamento, para fins industriais, de areia removida dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto.

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

9. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece recebeu vários prêmios e reconhecimentos durante o ano de 2014 em virtude de sua atuação nas áreas social, ambiental, operacional, administrativa e financeira. O reconhecimento partiu de diversas entidades e parcelas da sociedade civil organizada como: i) Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) – Troféu Bronze (Nível I) e Troféu Prata (Nível II) - Prêmio que analisa critérios de gestão e administração das empresas de saneamento. As Unidades de Negócio Bacia do Banabuiú – UNBBA e a Unidade de Negócio Metropolitana Leste – UNMTL conquistaram o prêmio na categoria bronze e prata respectivamente; ii) PNQS IGS - Inovação da Gestão em Saneamento: foi vencedora a unidade de Negócio Metropolitana Leste – UNMTL com o case: Padrão Gerencial de Práticas.

10. AMBIENTE REGULATÓRIO

A partir das novas diretrizes nacionais para o saneamento básico – Lei Federal nº 11.445/2007, com alterações posteriores da Lei Estadual 14.394/2009 que define a atuação da ARCE – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, relacionada aos Serviços Públicos de Saneamento Básico e da Lei Municipal 9.500/2009 que define a atuação da ACFOR – Autarquia de Regulação e Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental, a Cagece é submetida à fiscalização e regulação, inclusive tarifária, desses agentes reguladores, que anualmente deverão elaborar diagnóstico da situação técnica e econômica da empresa.

Ainda obedecendo à orientação legal, a Cagece é frequentemente fiscalizada pela ARCE e ACFOR, procurando atender às determinações e recomendações decorrentes de Termos de Notificação, além de apresentar suas justificativas técnicas, legais e fáticas.

A ARCE, condicionou através da Nota Técnica CET 012/2012 que as revisões/reajustes das tarifas dos serviços de água e esgoto da Cagece só ocorrerão após a certificação e homologação por ela do laudo de avaliação dos ativos empregados nos serviços de água e esgoto, os quais constituirão a Base de Ativos Regulatória - BAR. Desta forma, foi instituído no mesmo ano, de forma paliativa, o mecanismo de Reposicionamento Tarifário Provisório – RTP, o qual é aplicado à tarifa média dos serviços de água e esgoto da Cagece, enquanto a citada Base de Ativos da empresa for atualizada e concluída por consultoria contratada pela Cagece e devidamente pela agência.

11. DESEMPENHO JURÍDICO

Como resultado do novo alinhamento organizacional da Companhia, foi identificado por estudo empreendido por consultoria especializada que um dos ganhos para o aprimoramento da Governança Corporativa e da tomada de decisão seria a conversão da então Procuradoria em Diretoria Jurídica, o que ocorreu em Dezembro de 2014.

Processo transversal a toda a organização, notadamente nas integrantes da administração pública, a Diretoria Jurídica atua na direção, monitoramento e avaliação das demandas de serviços jurídicos, recomendando ou executando as medidas a serem tomadas para ajustar as políticas e procedimentos da Empresa à legislação em vigor, bem como defender os seus interesses nas pendências judiciais,

Relatório da Administração



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

em causas de qualquer natureza, onde a Cagece figure como autora, ré, assistente ou oponente.

Entre os principais desafios da Diretoria destaca-se a consolidação e o reposicionamento do processo jurídico na estratégia da empresa, com advogados proficientes em gestão, contextualizados com o setor e conhecedores do negócio da empresa, a fim de que sua atuação possa contribuir com os objetivos estratégicos sem comprometimento da segurança jurídica; além do maior alinhamento e da aproximação da atividade jurídica com a geração de valor.

12. AUDITORIA EXTERNA

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em:

- (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho;
- (b) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e,
- (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Em conformidade com o requerido na Instrução CVM-381/03 a empresa de auditoria Ernst Young Auditores Independentes não prestou serviços que não estejam relacionados à auditoria externa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Em 2014, a Cagece envidou esforços no desenvolvimento de importantes ações de melhorias operacionais que ratificam o compromisso da Companhia com a sustentabilidade e com o alcance de sua visão de futuro. O grupo diretor e seus colaboradores agradecem a confiança depositada pelo Governo do Estado do Ceará, Municípios, Poderes Concedentes e Clientes e asseguram seu compromisso de trabalhar em busca da excelência da Cagece e pelo desenvolvimento do Estado do Ceará.

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado do Ceará, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971 com alterações posteriores, e tem por objetivo o serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará, operando diretamente ou por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato, sendo tais serviços regulados na capital do Estado do Ceará pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR, e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia atuava em 150 municípios no Estado do Ceará, em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Merecem destaque os quinze maiores faturamentos referentes a operação da Cagece em 2014:

Município

FORTALEZA
JUAZEIRO DO NORTE
CAUCAIA
EUSEBIO
HORIZONTE
PACAJUS
MARANGUAPE
RUSSAS
CRATEUS
QUIXADA
ARACATI
TIANGUA
ITAPIPOCA
PEDRAS
PECEM

1.1 Realização de investimento em UTILITAS PECÉM – Empresa de Utilidades Industriais do Pecém S.A.

Em 10 de dezembro de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral a constituição de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada UTILITAS PECÉM – Empresa de Utilidades Industriais do Pecém S.A., a qual tem por objeto social a projeção, implantação e prestação de tratamento e fornecimento de água industrial, coleta, tratamento e disposição de esgoto industrial e de resíduos sólidos industriais, e/ou tratamentos complementares e negócios conexos relacionados a utilidades industriais no Complexo Industrial e Portuário Pecém, no Estado do Ceará, nos termos de concorrência pública nº 20130011/2012, tendo como acionistas a VWS Brasil Ltda. (43,35%), PB Construções Ltda. (41,65%) e a Companhia (15%).

No ato de sua constituição houve a subscrição do capital social no valor de R\$ 10, representado por 10.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal dividido da seguinte forma: VWS Brasil Ltda. subscreve 4.335 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 4,34, PB Construções subscreve 4.165 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 4,16 e Companhia de Água e Esgoto (Cagece) subscreve 1.500 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,5, integralizadas totalmente em moeda nacional. Até o presente os sócios estão discutindo os acordos de acionistas e a construção ainda não foi iniciada.

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A demonstração do valor adicionado, apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as Companhias abertas no Brasil, sendo facultativa para as demais entidades, a menos que exigida pelo órgão regulador.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2015.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão relacionadas com empréstimos e financiamentos são reconhecidas no resultado do exercício como receita ou despesa financeira. Outros ganhos (perdas) cambiais são reconhecidas como outros ganhos e perdas no resultado do exercício.

As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros

2.5.1.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Ativos financeiros – Concessão", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes".

2.5.1.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido,

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no exercício em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e análise de fluxos de caixa descontados.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.5.1.3 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo (parcelamento), estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento classificado como empréstimos e recebíveis tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.2 Passivos financeiros

2.5.2.1 Classificação

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, incentivo a aposentadoria – PRSP, obrigações com clientes e garantias contratuais de fornecedores.

2.5.2.2 Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.5.5 Ativos financeiros - Concessão

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques está avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los as suas localizações.

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.7 Intangível

(a) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue os principais:

	<u>Anos</u>
Adutoras e canais	30 a 60 anos
Edificações	20 a 67 anos
Estações de tratamento	60 a 67 anos
Hidrômetros	10 anos
Ligações	20 a 50 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Poços	60 anos
Redes	30 a 80 anos
Reservatórios	20 a 60 anos

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direitos de uso – Concessão do município

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela Companhia de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para a renovação da concessão.

Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de um a dez anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- . A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dez anos.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo atribuído até 01 de janeiro de 2009 e histórico como base de valor após essa data, menos depreciação e perdas ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se for o caso.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são registrados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados, conforme explicado na Nota 3 (a).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e a depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A Administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios que atua. Subsídios cruzados são representados pelas áreas em que houver conurbacao ou integração de sistemas de água e esgoto em operação que justifique a criação de uma Região Metropolitana, Microregiões e Aglomerações.

Na avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através da geração de fluxos de caixa futuros.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12 Provisão para contingências e depósitos judiciais

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis, onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.14 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2004, a Fundação Cagece de Previdência Complementar – Cageprev, com plano de contribuição definida e o objetivo de complementar os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo sistema de previdência oficial (INSS) através do Plano de Contribuição Variável - PCV, em favor dos seus participantes e respectivos beneficiários. Para isso a Companhia realiza contribuições fixas e mensais a Cageprev, para os empregados participantes do referido plano.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para a Fundação Cageprev de forma obrigatória e contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(b) Benefícios de rescisão – Plano de reconhecimento do serviço prestado - PRSP

O benefício de rescisão é exigível quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que possuem na data-base em referência o contrato de adesão assinado pelas partes. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

(c) Participação nos resultados - Obrigações de benefícios de curto prazo

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.15 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.16 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo e de que serão auferidas.

Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos exercícios nos quais as despesas foram reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.17 Receita

(a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

(c) Receitas de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de saneamento deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é o abastecimento de água e esgotamento sanitário; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, o abastecimento de água e esgotamento sanitário; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

2.19. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de impairment para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. A norma passa a vigor em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de início de vigência da norma.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15 é resultante de um projeto conjunto entre IASB e FASB para convergência da norma para reconhecimento e divulgação das receitas aplicadas a contratos com clientes. Essa norma requer que o reconhecimento de receita se dê de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente, definindo o momento e o montante que reflitam a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS, porém não permitida no Brasil. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da aplicação dessa norma e os divulgará para o mercado oportunamente.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas são:

(a) Vida útil de bens do imobilizado e intangível decorrentes dos investimentos com infraestrutura das concessões, decorrente do curso normal das operações

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por especialistas com base em Laudo Técnico. Foi contratada empresa especializada com o objetivo de avaliar e determinar a vida útil dos ativos da Companhia, conforme nota de ativo imobilizado e ativo intangível.

(b) Provisão para incentivo a aposentadoria – PRSP

O Plano de reconhecimento dos serviços prestados - PRSP incentiva os empregados com idade superior a 56 anos a se desligarem da Companhia e obterem um benefício de aposentadoria em

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

seu favor. Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos 6 anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 11,80% a.a. Essa taxa foi calculada com base na taxa *WACC* (*Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital*) da Companhia da data das demonstrações financeiras. O detalhe do plano está descrito na Nota 34.

(c) Reconhecimento de receita – Contratos de construção

A receita de construção é reconhecida sobre todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos, inclusive os encargos financeiros capitalizados, que segue o método de custo sem adicional de margem de construção.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério para estimativa dos créditos de liquidação duvidosa esta descrito na Nota 8.

(e) Provisão para contingências e depósitos judiciais

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelas gerências financeira, de orçamento, de contabilidade e gestoras dos programas de investimentos, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria da Companhia e Conselho de Administração. Através de análises mensais essas áreas identificam, avaliam e propõem medidas para a Diretoria da Companhia e Conselho de Administração contra eventuais riscos financeiros. A partir dessas propostas, são deliberadas pela Direção da Companhia as ações a serem adotadas pelas áreas gestoras de riscos.

(a) Risco de mercado

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, a despesas financeiras decorrentes. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap”, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira.

A exposição de passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, ao dólar estadunidense, estava assim representada em milhares de reais:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos e financiamentos com o BID (Nota 19)	206.136	193.861

(ii) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R\$ 241.223 (R\$ 257.449 em 31/12/2013) (Nota 19) em empréstimos e financiamentos captados a taxa variável de juros (TR) e (TJLP) e R\$ 206.136 (R\$ 193.861 em 31/12/2013) captados a taxa Libor mais variação cambial.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota 4.1 (d).

(b) Risco de crédito

A Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: Particulares, Órgãos Públicos e Serviços Indiretos.

Particulares – serviços prestados a clientes pessoa física e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais, etc.).

Órgãos públicos – serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia.

Para os órgãos da esfera municipal, além da ação de corte do fornecimento de água, a Companhia informa semestralmente ao Governo do Estado a relação dos devedores e este por sua vez bloqueia os repasses de verbas até que órgãos regularizem seus débitos com a Companhia.

Serviços indiretos – trata-se de serviços relacionados a ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

Amparada pela Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, a Companhia, baseada no § 2º do Inciso V do Art.40, pode interromper os serviços quando do

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, após o usuário ter sido formalmente notificado num prazo de 30 dias.

De uma forma geral a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de duas formas: (i) uma previsão de curtíssimo prazo (até 45 dias) realizada pela Gerência Financeira, e (ii) outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela diretoria colegiada.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda as cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da diretoria, que o fazem a partir da indicação das seguintes fontes de recursos: 1) anulação total ou parcial das dotações (despesas, investimentos, iniciativas previstas); 2) excesso de arrecadação; e 3) operação de crédito (financiamentos).

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto prazo, por meio de Fundo de Investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou prefixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros não derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2014					
Financiamentos	52.503	91.056	182.935	120.865	447.359
Fornecedores	83.331	-	-	-	83.331
Incentivo a aposentadoria - PRSP	15.063	23.091	12.447	3.515	54.116
Obrigações com clientes	2.420	-	-	-	2.420
Em 31 de dezembro de 2013					
Financiamentos	100.133	178.887	461.361	233.737	974.118
Fornecedores	89.174	-	-	-	89.174
Incentivo a aposentadoria - PRSP	8.117	7.173	2.699	-	17.989
Obrigações com clientes	8.813	-	-	-	8.813

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia, considerando o CPC 40 e os saldos dos principais passivos financeiros, convertidos a uma taxa projetada para a

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

liquidação final de cada contrato, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Instrumentos Financeiros	Risco	31 de dezembro de 2014		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro				
Empréstimos e financiamentos				
Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Secretaria das Cidades e BNDES				
- Passivo	Alta do indexador	(251.256)	(259.703)	(261.393)
- Impacto no resultado			(8.447)	(10.137)
BID				
- Passivo	Alta do U\$\$	(205.930)	(257.413)	(308.895)
- Impacto no resultado			(51.483)	(102.965)

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2014	2013
Total dos empréstimos (Nota 19)	447.359	451.310
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(57.746)	(72.031)
Dívida líquida	389.613	379.279
Total do patrimônio líquido	2.463.932	1.689.963
Total do capital	2.853.545	2.069.242
Índice de alavancagem financeira - %	14	18

4.3 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o *rating* da contraparte

Notas Explicativas

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

divulgada pela agência internacional de *rating* Fitch, conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA (bra)	57.746	72.031
	<u>57.746</u>	<u>72.031</u>

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

	<u>Fitch</u>
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)
Banco do Nordeste do Brasil	AAA (bra)

5 Instrumentos financeiros por categoria**(a) 31 de dezembro de 2014**

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>
Ativo, conforme o balanço patrimonial	
Ativos financeiros – contratos de concessão	166.902
Contas a receber de clientes	152.403
Caixa e equivalentes de caixa	57.746
Depósitos vinculados a convênios	43.658
	<u>420.709</u>
	<u>Outros passivos financeiros</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Incentivo a aposentadoria – PRSP	54.116
Empréstimos e financiamentos	447.359
Fornecedores	83.331
Obrigações com clientes	2.420
	<u>587.226</u>

(b) 31 de dezembro de 2013

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>
Ativo, conforme o balanço patrimonial	
Ativos financeiros – contratos de concessão	62.719
Contas a receber de clientes	138.237
Caixa e equivalentes de caixa	72.031
Depósitos vinculados a convênios	75.385
	<u>348.372</u>

Notas Explicativas

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Outros passivos financeiros
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Incentivo a aposentadoria – PRSP	17.989
Empréstimos e financiamentos	451.310
Fornecedores	89.174
Obrigações com clientes	8.813
	<u>567.286</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Bancos conta movimento	1.357	2.093
Bancos conta arrecadação	300	538
Aplicações financeiras	56.089	69.400
	<u>57.746</u>	<u>72.031</u>

As aplicações financeiras decorrem da política de gestão de caixa dos recursos disponíveis, e os resgates realizados no exercício referem-se ao pagamento de parcelas de empréstimo correspondente ao Contrato nº 12/2013 mantido junto a Caixa Econômica Federal e ao BID, bem como ao pagamento da participação dos empregados nos lucros da Companhia relativa ao exercício de 2013.

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo.

	Tipo	Modalidade	Taxa	2014	2013
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	Cotas diárias	20.161	40.158
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 600 mil	Renda Fixa	Cotas diárias	803	1.547
Banco do Brasil S.A.	CP Corp. 10 milhões	Renda Fixa	Cotas diárias	0	76
Caixa Econômica Federal	FIC Especial	Renda Fixa	Cotas diárias	19.396	27.258
Caixa Econômica Federal	FIC CP Automático	Renda Fixa	Cotas diárias	174	361
Caixa Econômica Federal	CDB FLEX Empresarial	CDB	100,4% CDI	15.555	-
				<u>56.089</u>	<u>69.400</u>

Os saldos de aplicações financeiras estão relacionados a fundos mútuos de renda fixa com remuneração diária e poupança e CDB (Certificado de Depósito Bancário) com remuneração de 100,4% CDI. Os fundos não são exclusivos da Companhia e a participação dentro do fundo não é significativa. Todas as aplicações financeiras em aberto em 31 de dezembro de 2014 garantem liquidez imediata e são utilizados para gerenciamento do caixa da Companhia.

7 Depósitos vinculados a convênios

	2014	2013
Bancos conta vinculada a convênios	161	845
Aplicações financeiras vinculadas a convênios	43.497	74.540
	<u>43.658</u>	<u>75.385</u>

Os depósitos bancários vinculados referem-se a recursos recebidos por meio de convênios firmados principalmente com o Governo do Estado do Ceará, para realização de investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua. Na presente

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

data, o principal recurso recebido é proveniente do PROINVEST- Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal.

A movimentação ocorrida no período refere-se à aplicação de recursos do PROINVEST - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal, na obra de recuperação do trecho do interceptor oceânico oeste de Fortaleza.

8 Contas a receber de clientes

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Particulares	187.414	176.836
Órgãos públicos	19.857	18.190
Serviços indiretos	19.580	17.005
Serviços prestados a faturar	<u>52.567</u>	<u>50.199</u>
Subtotal	<u>279.418</u>	<u>262.230</u>
Agentes arrecadadores (a)	4.464	4.489
(-) Arrecadação a discriminar (b)	(5.406)	(8.807)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (c)	<u>(126.073)</u>	<u>(119.675)</u>
	<u>152.403</u>	<u>138.237</u>

Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A vencer	130.990	124.305
Vencidos:		
1 a 30 dias	23.093	20.620
31 a 60 dias	9.091	11.133
61 a 90 dias	4.541	4.475
91 a 180 dias	8.722	10.081
mais de 180 dias	<u>102.981</u>	<u>91.616</u>
	<u>279.418</u>	<u>262.230</u>

(a) Agentes arrecadadores

Os valores registrados na conta Agentes arrecadadores referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do *float* firmado nos contratos com estas instituições.

(b) Arrecadação a discriminar

Arrecadação a discriminar refere-se a valores recebidos de clientes, ainda não realizada a baixa da correspondente fatura no sistema comercial da Companhia.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Companhia adota, como estimativa para cálculo da PCLD, as seguintes regras:

- (i) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 90 dias e valor até R\$ 5;
- (ii) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 90 dias e valor superior a R\$ 5, desde que analisado pela área especialista de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;

Notas Explicativas

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (iii) Total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que encontram-se nos critérios acima; e
(iv) Análise complementar pela área especialista para avaliação de evidências objetivas de perdas.

A PCLD apresenta a seguinte movimentação:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	119.675	101.289
Constituição, líquida de reversões	<u>6.398</u>	<u>18.386</u>
	<u>126.073</u>	<u>119.675</u>

9 Adiantamentos a empregados

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salário pessoal a disposição	1.080	1.698
Férias	1.277	1.132
Salário	180	137
Despesas com viagens	69	139
Vale-transporte	<u>21</u>	<u>26</u>
	<u>2.627</u>	<u>3.132</u>

Os valores registrados na rubrica “Salário pessoal a disposição” refere-se a valores pagos pela Companhia a colaboradores que estão cedidos a órgãos dos governos municipais.

10 Projeto Alvorada

O Estado do Ceará, em 16 de abril de 2001, celebrou o Convênio nº 005/Seinfra/2001 com a Companhia para implementação de ações previstas no Convênio nº 039/2001, firmado entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde, e o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Infraestrutura, tendo como executora a Companhia, objetivando a execução de ações de saneamento básico em 31 municípios do Estado do Ceará. Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. Em outubro de 2013, o Convênio nº 005/Seinfra/2001 teve o seu prazo de finalização prorrogado para 30 de setembro de 2014, em decorrência da postergação do prazo do Convênio nº 039/2001 celebrado com a Fundação Nacional de Saúde, melhor comentado a seguir.

Conforme a Cláusula 15ª do Convênio nº 039/2001, “Serão concedidos pela Fundação Nacional de Saúde, após concluído o objeto pactuado no presente convênio, os bens patrimoniais construídos, produzidos ou adquiridos com os recursos transferidos na conformidade com o disposto no item 4 do Artigo 15 do Decreto nº 99.658/90 e demais normas regulamentares”. Esse projeto tinha previsão de conclusão para o exercício de 2012, contudo, em função de atrasos na execução dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) de Cariré e do distrito de Inhuçu em São Benedito, em outubro de 2013, este convênio foi prorrogado para 17 de março de 2014. O referido projeto foi concluído. Atualmente, a Prestação de Contas está em andamento e a CAGECE está aguardando o posicionamento da Secretaria das Cidades sobre como será a integralização no ativo dos bens construídos, conforme Ofício nº 594/14/GEAPE ADM/DPC.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$ 174.829 (2013 - R\$ 174.738), denominada de Projeto Alvorada – recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas conforme objeto do Convênio, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto Alvorada – recursos recebidos, no montante de R\$ 174.468

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(2013 - R\$ 174.312), registram-se os valores já repassados pelo Ministério da Saúde para pagamento aos fornecedores.

A diferença entre estas contas de R\$ 361 (2013 – R\$ 426) refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

11 Projeto KfW II

O Estado do Ceará, em 26 de agosto de 2005, firmou o Convênio nº 010/Seinfra/2001 com a Companhia para estabelecer responsabilidades nos repasses dos recursos objeto do contrato de financiamento e “acordo em separado”, firmados em 2005, entre o Governo do Estado do Ceará, na condição de mutuário e o KfW *bankengruppe*, tendo como entidade executora a Companhia, com o objetivo de melhorar o saneamento básico em municípios localizados nas regiões de bacias hidrográficas do Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Acaraú, Coreaú e Parnaíba no interior do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. Esse projeto tem previsão de conclusão no exercício de 2015, tendo sido efetuado pela Cagece em fevereiro de 2014 o pedido postergação do prazo de finalização do Projeto para dezembro de 2015. Após o encerramento do Projeto, os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário implementados com esses recursos serão operados e mantidos pelas comunidades dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural – SISAR.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$ 27.203 (2013 - R\$ 23.390), denominada de Projeto KfW II - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto KfW II - recursos recebidos, no montante de R\$ 24.838 (2013 - R\$ 22.586), registram-se os valores já repassados pelo Governo do Estado para pagamento aos fornecedores.

A diferença entre estas contas de R\$ 2.365 (2013 - R\$ 804), refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	2014			2013		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<u>Diferenças temporárias</u>						
Provisões para Contingências	19.698	7.091	26.789	17.350	6.246	23.596
Provisões para perdas Estoques	114	42	156	196	70	266
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.522	2.348	8.870	8.765	3.155	11.920
Total diferido ativo	26.334	9.481	35.815	26.311	9.471	35.782
Ajuste de avaliação patrimonial (a)	(269.842)	(97.144)	(366.986)	-	-	-
Total diferido passivo	(269.842)	(97.144)	(366.986)	-	-	-
Total de imposto diferido líquido	(243.508)	(87.663)	(331.171)	26.311	9.471	35.782

(a) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre os efeitos contábeis decorrentes da adoção do custo atribuído descritos nas Notas 16 e 17.

Notas Explicativas

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

13 Depósitos judiciais

O critério utilizado para definir os valores que permanecem registrados contabilmente em depósitos judiciais são os valores depositados em juízo, os quais são atualizados monetariamente, e ainda não levantados pela Companhia ou pela parte contrária no processo judicial. A composição dos depósitos judiciais é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Causas cíveis	2.501	2.231
Contingências vinculadas - cíveis	(296)	(300)
Causas trabalhistas	6.486	3.431
Contingências vinculadas - trabalhistas	(2.354)	(634)
Causas tributárias	4.266	6.085
Contingências vinculadas - tributárias	<u>(1.709)</u>	<u>(2.909)</u>
	<u>8.894</u>	<u>7.904</u>

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício de 2014 está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	1.931	2.797	3.176	7.904
Novos depósitos	103	2.713	-	2.816
Reversões	(28)	(62)	(2.179)	(2.269)
Atualização monetária	194	405	360	959
Compensação com causas judiciais	<u>4</u>	<u>(1.720)</u>	<u>1.200</u>	<u>(516)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	<u>2.204</u>	<u>4.133</u>	<u>2.557</u>	<u>8.894</u>

O detalhamento dos depósitos judiciais classificados em causas tributárias é o seguinte:

<u>Processo nº</u>	<u>Autor</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2005.81.00.011859-4 (i)	PASEP/PIS/COFINS	1.336	877
2001.81.00.020.841-3 (ii)	FGTS	-	279
2006.81.00.020059-0 (iii)	INSS	490	462
2005.81.00.011859-4 (i)	IRRF	-	1262
0008881-32.2003.4.05.8100/AC 374.877 / RESP 1127424 (iv)	INCRA	411	-
2006.81.00.020062-0 (v)	INSS	222	209
2005.81.00.000465-5 (0000465- 07.2005.4.05.8100) (vi)	INSS	79	69
2006.81.00.018905-2 (vii)	INSS	<u>19</u>	<u>18</u>
		<u>2.557</u>	<u>3.176</u>

- (i) Ação ordinária promovida contra a Fazenda Nacional, visando a declaração de inexistência de relações jurídicas tributárias e o consequente cancelamento das inscrições de dívidas dos tributos PASEP, PIS, COFINS e Imposto de Renda na Fonte.
- (ii) Ação ordinária com pedido de depósito, promovida contra a União, onde pede que seja declarada a inexistência de relação tributária que obrigue a autora a recolher a contribuição para o FGTS nos termos do Artigo 2º da Lei Complementar nº 110 de 29 de junho de 2001.
- (iii) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de: a) suspensão de exigibilidade do crédito tributário na qual exige contribuição previdenciária relativamente à remuneração de contribuintes individuais, segurados empregados, e de cooperados intermediados por cooperativas de trabalho, relativamente ao período de 02/2000 a 11/2003; b) auto de infração no qual exige-se multa decorrente de suposta omissão em relacionar segurados contribuintes individuais em suas

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

folhas de pagamento mensal, relativo ao período de 01/2000 a 03/2004; c) auto de infração no qual exige-se multa decorrente de suposta omissão em informar ao INSS, através de GFIP, fatos geradores de contribuições previdenciárias relativas à contratação de segurados individuais e cooperativas de trabalho, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005 e d) multa decorrente de suposta omissão em registrar o pagamento feito a autônomos, contabilizando nas contas “anúncios e editais”, “serviços de manutenção de sistemas” e “formação profissional” relativo ao período de 2000 a 2004.

- (iv) Ação ordinária com pedido de depósito, promovida contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, onde pede que seja declarada a inexistência de relação tributária que obrigue a autora a recolher a contribuição para o INCRA e o ressarcimento da referida contribuição paga indevidamente no valor de R\$ 1.095.
- (v) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de: a) fornecimento, pela Companhia, de vale transporte relativo ao período de 11/2003 a 03/2004; b) admissão de estagiários supostamente não cobertos por contrato de seguro contra acidentes pessoais; c) concessão de “antecipações”, para pagamento de serviços prestados pela cooperativa UNIMED, que não teriam sido objeto de ressarcimento, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005; d) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão da “bolsa” paga a estudantes universitários que estagiavam junto aos seus estabelecimentos, os quais foram “reenquadrados” à condição de empregados; e) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão do fornecimento, de vale transporte aos empregados relativo ao período de 10/2003 a 01/2005; e f) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de “adiantamento” representado pelo pagamento, pela Companhia, de serviços prestados pela cooperativa UNIMED aos seus empregados, relativo ao período de 01/2000 a 12/2004.
- (vi) Ação ordinária promovida contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, visando à declaração de inexistência de relação jurídica que obrigue ao pagamento de débitos devidos por terceiro, desconstituindo o crédito tributário, lavradas contra a pessoa jurídica Copal Construtora Paraibana Ltda.
- (vii) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário, referente à contribuição previdenciária supostamente devidas em razão de: a) remuneração de contribuintes individuais, segurados empregados, e de cooperados intermediados por cooperativas de trabalho, relativamente ao período de 02/2000 a 11/2003; b) multa decorrente de suposta omissão em relacionar segurados contribuintes individuais em suas folhas de pagamento mensal, relativo ao período de 01/2000 a 03/2004; c) multa decorrente de suposta omissão em informar ao INSS, através de GFIP, fatos geradores de contribuições previdenciárias relativas à contratação de segurados individuais e cooperativas de trabalho, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005; e d) multa decorrente de suposta omissão em registrar o pagamento feito a autônomos, contabilizado nas contas “anúncios e editais”, serviços de manutenção de sistemas” e “formação profissional” relativo ao período de 2000 a 2004.

14 Depósitos vinculados a garantias

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a retenções contratuais de fornecedores no valor de R\$ 4.190 (31 de dezembro de 2013: R\$ 2.844) e conta reserva no valor de R\$ 3.411 (2013: R\$ 3.245), dada como garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a esta instituição financeira.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Banco do Brasil S.A.	7.601	6.971
Caixa Econômica Federal	<u>1.771</u>	<u>1.625</u>

Notas Explicativas

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

9.372

8.596

15 Ativos financeiros - contratos de concessão

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 150 municípios do Estado do Ceará. Os contratos de concessão são firmados com cada município, por períodos que variam entre 10 e 30 anos, sendo todos os contratos bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 166.902 (2013 - R\$ 62.719) como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A receita por atualização do ativo financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é R\$ 18.926 (2013 - R\$ 6.818), conforme Nota 40.

	custo atribuído em		Atualização do	
	2013	01/01/2009	ativo financeiro	2014
Ativo financeiro	62.719	85.257	18.926	166.902
	62.719	85.257	18.926	166.902

	Capitalização		Atualização do	
	2012	ativo financeiro	2013	
Ativo financeiro	55.901	-	6.818	62.719
	55.901	-	6.818	62.719

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

16 Imobilizado

	31/12/2014		31/12/2013	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado administrativo				
Edificações	24.227	(3.650)	20.577	9.843
Computadores e periféricos	4.389	(2.198)	2.191	2.298
Máquinas e equipamentos	4.011	(1.908)	2.103	3.640

Notas Explicativas



**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Terrenos	27.667	-	27.667	6.237
Móveis e utensílios	6.089	(2.702)	3.387	1.635
Instalações	130	(6)	124	1.337
Veículos	886	(396)	490	392
Ferramentas	69	(32)	37	16
	<u>67.468</u>	<u>(10.892)</u>	<u>56.576</u>	<u>25.398</u>
Imobilizado em andamento	<u>179</u>	<u>-</u>	<u>179</u>	<u>1.963</u>
	<u>67.647</u>	<u>(10.892)</u>	<u>56.755</u>	<u>27.361</u>

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	2013	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação	Custo atribuído (a)	2014
Edificações	9.844	-	-	6.589	(3.645)	7.789	20.577
Computadores e periféricos	2.298	41	-	791	(1.159)	220	2.191
Máquinas e equipamentos	3.638	85	-	(1.259)	(1.089)	728	2.103
Terrenos	6.237	-	-	9.819	(1.247)	12.858	27.667
Móveis e utensílios	1.636	100	-	1.561	(636)	726	3.387
Instalações	1.336	130	-	(1.147)	(195)	-	124
Veículos	393	-	-	322	(331)	106	490
Ferramentas	16	-	-	21	(12)	12	37
	<u>25.398</u>	<u>356</u>	<u>-</u>	<u>16.697</u>	<u>(8.314)</u>	<u>22.439</u>	<u>56.576</u>
Imobilizado em andamento	<u>1.963</u>	<u>179</u>	<u>-</u>	<u>(1.963)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>179</u>
	<u>27.361</u>	<u>535</u>	<u>-</u>	<u>14.734</u>	<u>(8.314)</u>	<u>22.439</u>	<u>56.755</u>
	<u>2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>Depreciação</u>	<u>2013</u>	
Edificações	10.440	-	-	-	(596)	9.844	
Computadores e periféricos	1.861	593	(10)	749	(895)	2.298	
Máquinas e equipamentos	3.671	24	(1)	509	(565)	3.638	
Terrenos	6.237	-	-	-	-	6.237	
Móveis e utensílios	1.697	-	-	268	(329)	1.636	
Instalações	1.725	8	-	-	(397)	1.336	
Veículos	642	-	-	5	(254)	393	
Ferramentas	24	-	-	4	(12)	16	
	<u>26.297</u>	<u>625</u>	<u>(11)</u>	<u>1.535</u>	<u>(3.048)</u>	<u>25.398</u>	
Imobilizado em andamento	<u>1.963</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.963</u>	
	<u>28.260</u>	<u>625</u>	<u>(11)</u>	<u>1.535</u>	<u>(3.048)</u>	<u>27.361</u>	

- (a) Refere-se a adoção do custo atribuído em 01/01/2009, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Os valores foram reconhecidos no ativo imobilizado e intangível em contrapartida a conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, considerando também os efeitos dos impostos diferidos. Esses efeitos foram contabilizados em 2014.

Premissas utilizadas para atribuição de valor e avaliação de vida útil

A metodologia de avaliação patrimonial empregada na avaliação foi fundamentada nas determinações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, que definem os conceitos, os critérios a serem empregados em trabalhos de avaliação patrimonial, os métodos para determinação dos valores e os graus de fundamentação e precisão das avaliações, dentre outras diretrizes.

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme preceitua as normas da ABNT, para essa finalidade, foram utilizados os seguintes tipos de valores:

- i) Valor Justo para Compra: Valor mais provável na negociação de um bem, de forma voluntária e consciente, num período de referência e nas condições de mercado vigentes. Os valores serviram como referência, visto que não foram efetivamente negociados. Este valor foi determinado a partir do valor de reprodução ou reposição, deduzindo-se a depreciação técnica considerando o estado físico do bem;
- ii) Custo de Reedição: Valor resultante de um orçamento ou composição do custo de bens idênticos ou equivalente, seguido do cálculo da depreciação técnica considerando o estado físico do bem.

Dentre os diversos métodos previstos nas normas da ABNT, os aplicados foram:

- i) Método Comparativo Direto de Dados de Mercado: O valor do bem é determinado a partir da comparação de outros bens similares, através de seus preços de mercado, tendo em vista as suas características semelhantes;
- ii) Método Evolutivo: Consiste em definir o valor total do imóvel através da conjugação de métodos, a partir do valor do terreno, considerados o custo de reprodução das benfeitorias devidamente depreciado e o fator de comercialização, conforme ABNT 14.653-2;
- iii) Método de Custo (comparativo direto e quantificação): O Valor dos bens é encontrado através dos custos de reedição e, quando não for possível utilizar o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, realizará a cotação de preços de bens novos iguais ou similares, com aplicação da depreciação.

A escolha do método levou em consideração as características dos bens e as informações.

A vida útil dos ativos da Companhia foram estimadas por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia. O Laudo foi emitido em 6 de abril de 2014 para a data base de 31 de dezembro de 2013

Abaixo demonstramos a vida útil antes e após a reavaliação da vida útil de cada grupo de ativos.

	Vida útil anterior	Vida útil atual
Computadores e periféricos	5 anos	5 a 10 anos
Edificações	25 anos	20 a 67 anos
Ferramentas	5 anos	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Ressalta-se que a vida útil remanescente corresponde ao período de tempo esperado em que um bem poderá ser utilizado de maneira satisfatória, tanto econômica como funcional.

Os bens registrados no ativo imobilizado da Companhia são depreciados pelo método linear,

Notas Explicativas



**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos mesmos.

17 Intangível

			31/12/2014	31/12/2013
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Concessão - água e esgoto	3.561.868	(792.326)	2.769.542	974.956
Intangível em andamento	251.139	-	251.139	1.002.936
	<u>3.813.007</u>	<u>(792.326)</u>	<u>3.020.681</u>	<u>1.977.892</u>
Softwares	5.511	(4.304)	1.207	1.118
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(880)	1.520	1.600
Outorga - município de Frecheirinha	226	(53)	173	184
	<u>8.137</u>	<u>(5.237)</u>	<u>2.900</u>	<u>2.902</u>
	<u>3.821.144</u>	<u>(797.563)</u>	<u>3.023.581</u>	<u>1.980.794</u>

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	2013	Adições (a)	Baixas (b)	Transf.	Amort.	Mais Valia(c)	2014
Concessão - água e esgoto	974.957	545	(85.257)	969.961	(488.646)	1.397.982	2.769.542
Intangível em andamento	1.002.93			(984.784)			
Softwares	5	244.012	(11.024)		-	-	251.139
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.118	403	-	89	(403)	-	1.207
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.600	-	-	-	(80)	-	1.520
Outorga - município de Frecheirinha	184	-	-	-	(11)	-	173
	<u>1.980.794</u>	<u>244.960</u>	<u>(96.281)</u>	<u>(14.734)</u>	<u>(489.140)</u>	<u>1.397.982</u>	<u>3.023.581</u>

	2012	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	2013
Concessão - água e esgoto	1.027.446	522	(151)	3.066	(55.926)	974.957
Intangível em andamento	826.986	196.175	(15.625)	(4.601)	-	1.002.935
Softwares	1.512	18	-	-	(412)	1.118
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	-	-	-	(800)	1.600
Outorga - município de Frecheirinha	226	-	-	-	(42)	184
	<u>1.858.570</u>	<u>196.715</u>	<u>(15.776)</u>	<u>(1.535)</u>	<u>(57.180)</u>	<u>1.980.794</u>

- (a) As adições ao Intangível estão representadas substancialmente pela execução das obras de ampliação do sistema adutor da Ibiapaba, execução de serviços para readequações pontuais no sistema de abastecimento de água de Tauá, execução da segunda etapa da ETA Oeste, localizada no Trecho V do Eixo de Integração Castanhão/RMF, execução das obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário das sub-bacias CD-1, CD-2 e CD 3 no Município de Fortaleza.
- (b) Em função da Companhia ter adotado como política contábil classificar em Intangível em andamento os materiais técnicos que são de comum aplicação, tanto na construção de ativos como na manutenção de redes/sistemas existentes, por representarem o seu maior consumo/aplicação, as baixas ao Intangível em andamento estão representadas parte pela aplicação de materiais na manutenção dos ativos da Companhia em R\$ 11.024. O restante das baixas do ano de 2014 no valor de R\$ 82.418 referem-se a ajuste decorrente da remensuração do contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. O valor do ativo intangível foi reconhecido pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) Refere-se a adoção do custo atribuído adotado em 01/01/2009 e contabilizado em 01/01/2014, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Para maiores detalhes sobre a atribuição de valor aos bens do ativo imobilizado e intangível da Companhia, veja a nota explicativa nº 16.

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota 15.

A vida útil dos ativos da Companhia foram estimadas por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia. O Laudo foi emitido em 6 de abril de 2014 para a data base de 31 de dezembro de 2013

18 Fornecedores

A Companhia possui uma carteira de fornecedores pulverizada que está representada substancialmente por fornecedores de serviços e subempreiteiros, cujo prazo médio de pagamento é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existem valores representativos em atraso, sendo o maior saldo em aberto representado por cerca de 1% (2% em 2013) do total da obrigação, não existindo concentração ou relação de dependência de fornecimento de materiais e/ou serviços para com terceiros.

O saldo em 31/12/2014 é de R\$83.331 (R\$ 89.174 em 31/12/2013) e está classificado no circulante.

19 Empréstimos e financiamentos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal (i)	121.123	118.481
Banco do Brasil (ii)	-	897
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará (iii)	3.903	6.002
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (iv)	<u>116.197</u>	<u>132.069</u>
	<u>241.223</u>	<u>257.449</u>
Moeda estrangeira		
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (v)	<u>206.136</u>	<u>193.861</u>
	<u>447.359</u>	<u>451.310</u>
Circulante	<u>(52.503)</u>	<u>(60.394)</u>
Não circulante	<u>394.856</u>	<u>390.916</u>

(i) Caixa Econômica Federal

Destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e estudos e projetos, e estão sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de 6% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de até 2% a.a. e taxa de administração de 1% a 2% a.a. O vencimento do último

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contrato será em novembro de 2032. Foram oferecidos como garantia a arrecadação decorrente da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondente a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base.

(ii) Banco do Brasil

O refinanciamento de dívidas com a União através do Banco do Brasil, na qualidade de agente financeiro, está sujeito a encargos financeiros que correspondem a juros remuneratórios à taxa anual de 4,409% acrescidos de comissão de administração à taxa anual de 0,1% e variação monetária com base na TR. O vencimento do último contrato foi em janeiro de 2014. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios decorrentes de receitas próprias e quotas previstas nos arts. 155,157 e 159 da Constituição Federal.

(iii) Secretaria das Cidades – Governo do Estado do Ceará

Referem-se a convênios entre aquela Secretaria e a Companhia, para repasses de recursos obtidos através de financiamentos entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ficando o Estado responsável pela amortização dos financiamentos, e reembolsado posteriormente pela Companhia nas mesmas condições dos contratos de financiamento entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ou seja, encargos financeiros que correspondem a juros de 6,5% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de 2% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. O vencimento do último contrato será em março de 2021. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios depositados no Banco do Brasil e ainda bloqueio e repasse dos recursos decorrentes de arrecadação de receitas provenientes do Fundo de Participação do Estado (FPE)

(iv) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Destina-se a ampliação da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste (ETA Oeste) e a execução de 11,8 km de adutora de água tratada, na Região Metropolitana de Fortaleza, bem como a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba, no valor total de R\$ 155.620.

Como garantia, através de cessão fiduciária, a Companhia se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento, a conta reserva mencionada na nota 19 com saldo não inferior a R\$ 3.000, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

Os encargos financeiros incidirão sobre o principal da dívida com juros de 1,81% a.a, mais Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O principal da dívida deverá ser pago em 90 prestações mensais sucessivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2013 e a última prestação em 15 de janeiro de 2021.

Em decorrência desta operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento deverá manter índices econômicos financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O não cumprimento desses índices por dois semestres consecutivos implica em a Companhia oferecer garantias adicionais à instituição ou vencimento antecipado da dívida. Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação contratual, por dois semestres consecutivos, a Companhia deverá constituir no prazo de 90 dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES.

(v) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR – II que tem por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US\$ 327.345, sendo 31% deste valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. Os encargos financeiros são calculados através de taxa variável, com previsão de 5% a.a. e comissão de crédito de 0,25% a.a. sobre o saldo não desembolsável do financiamento. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de 5 anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 já haviam sido liberados desembolsos no total de R\$ 186.523 (US\$ 100.000).

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	451.310	455.469
Novas liberações	23.396	20.119
Amortizações	(80.138)	(79.946)
Juros e variações monetárias	29.528	30.642
Variação cambial	23.263	25.026
Saldo final	<u>447.359</u>	<u>451.310</u>

O montante de longo prazo apresenta a seguinte composição por vencimento:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
2015	-	45.543
2016	46.369	41.323
2017 – 2019	133.095	120.255
2020 – 2022	94.528	83.986
2023 – 2025	49.919	41.951
2026 – 2028	49.896	41.929
2029 – 2032	21.049	15.929
	<u>394.856</u>	<u>390.916</u>

A companhia entrou em default no empréstimos dos Covenants junto ao BNDES, conseguindo o *waiver* da referida instituição financeira.

Caso fique caracterizado o descumprimento de qualquer dos *covenant*so valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente, será automaticamente elevado em 20% (vinte por cento), o que deverá ser efetivado pela Cagece mediante depósito mensal do valor acrescido na conta vinculada, em até 30 dias da publicação das demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, independentemente de notificação do BNDES até que a medida seja incorporada ao contrato de cessão fiduciária, mediante aditivo, quando for o caso.

A Cagece, no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária, deve notificar ao Banco Depositário para o estabelecimento de reforço de garantia em até 30 dias da publicação das demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, podendo também o BNDES realizar a notificação de reforço de garantia a qualquer momento a partir da identificação do descumprimento de um ou mais de um dos *covenants*.

20 Obrigações sociais

O valor registrado como obrigações sociais está composto conforme abaixo.

<u>2014</u>	<u>2013</u>
-------------	-------------

Notas Explicativas

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Provisão para férias, 13º salário e encargos	16.416	14.424
Consignações e empréstimos	1.385	1.275
Benefícios concedidos	1.143	1.110
Outras obrigações	75	64
	<u>19.019</u>	<u>16.873</u>

21 Tributos a recolher

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto de renda – reinvestimento (a)	7.171	7.170
REFIS IV (b)	37.494	39.617
COFINS	4.879	4.270
Previdência social	1.501	1.912
Outros	6.787	6.746
	<u>57.832</u>	<u>59.715</u>
Circulante	<u>(16.184)</u>	<u>(16.302)</u>
Não circulante	<u>41.648</u>	<u>43.413</u>

(a) Imposto de renda – reinvestimento

Estão registrados na rubrica de Imposto de renda da Companhia, no não circulante, os valores referentes ao Incentivo Fiscal para reinvestimento correspondente a 30% (trinta por cento) do Imposto de Renda devido nos anos-calendário 2010 a 2012, em contrapartida aos depósitos efetuados no Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, atendendo ao que dispõe o artigo 19 da Lei nº 8.167/1991 ou artigo 4º da Lei nº 8.191/1991, com as alterações introduzidas pelo artigo 2º da Lei nº 9.532/1997, devidamente regulamentado pelo artigo 27 da Portaria nº 855/1994, da SUDENE, pelo Decreto nº 4.213/2002, e pelos artigos 1º ao 3º, da Medida Provisória nº 2.199/2001.

Esses valores ficarão registrados nas contas do passivo até a aprovação ou não, dos projetos de reinvestimento, pela SUDENE. No caso de aprovação, esses valores serão capitalizados, caso contrário, serão repassados a Secretaria da Receita Federal a título de imposto de renda.

A Companhia ainda está obrigada a depositar o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total que reduz sobre o incentivo fiscal devido, no ativo não circulante, como contrapartida.

O resultado desses depósitos pode ser assim demonstrado:

Exercício	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
2012	7.845	5.068
2013	2.548	2.103
2014	3.165	-
Rendimentos dos depósitos efetuados	<u>2.616</u>	<u>-</u>
	<u>16.174</u>	<u>7.171</u>

(b) Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

Notas Explicativas



**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As condições gerais desse parcelamento consideram débitos para com a Fazenda Nacional parcelados em 180 meses.

	<u>PIS</u>	<u>COFINS</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRRF</u>	<u>INSS</u>	<u>Total</u>
Principal	3.178	5.009	4.926	1.430	1.289	768	16.600
Multa	637	1.002	11.356	2.608	261	154	16.018
Juros	3.976	5.178	6.144	1.463	1.845	1.003	19.609
Valor da dívida	7.791	11.189	22.426	5.501	3.395	1.925	52.227
(-) Reduções de juros	(1.544)	(2.054)	(3.462)	(1.264)	(732)	(343)	(9.399)
Valor consolidado	6.247	9.135	18.964	4.237	2.663	1.582	42.828

	<u>Art. 1º Demais Débitos - RFB</u>	<u>Art. 3º Demais Débitos - RFB</u>	<u>Art. 1º Débitos Previdenciários - RFB</u>	<u>Art. 1º Débitos Previdenciários - PGFN</u>	<u>Art. 1º Demais Débitos - PGFN</u>	<u>Total</u>
Valor Consolidado	31.962	8.165	131	1.794	776	42.828
Juros apropriado	8.020	2.388	42	581	251	11.282
Amortização acumulada	(12.046)	(1.917)	(26)	(352)	(152)	(14.493)
Em 31 de dezembro de 2013	27.936	8.636	147	2.023	875	39.617
Juros apropriado	841	290	5	82	34	1.252
Amortização do exercício	(2.427)	(743)	(10)	(136)	(59)	(3.375)
Em 31 de dezembro de 2014	26.350	8.183	142	1.969	850	37.494

A partir da consolidação os débitos passaram a ser administrados pela Receita Federal de maneira agrupada e por esta razão a movimentação da dívida não mais está sendo apresentada por tributo, conforme segue:

- Os débitos que tenham sido objeto do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, do Parcelamento Especial - PAES, do Parcelamento Excepcional - PAEX e dos parcelamentos previstos no art. 38 da Lei no 8.212/1991 e no art. 10 da Lei no 10.522/2002, foram agrupados passando a ser controlados pela Receita Federal com base no enquadramento ao art. 3 da Lei 11.941/2009.
- Os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional foram agrupados passando a ser controlados pela Receita Federal com base no enquadramento ao art. 1 da Lei 11.941/2009.

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	-	4.412

Notas Explicativas

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2016	5.070	4.977
2017 – 2019	5.070	14.931
2020 – 2022	15.209	11.442
2023 – 2024	8.590	480
	180	
	<u>34.119</u>	<u>36.242</u>

22 Obrigações com clientes

O valor registrado em obrigações com clientes, no montante de R\$ 2.420 (2013: R\$ 8.813), corresponde a valores pagos pelos clientes e identificados pela Companhia como indevido, em virtude de medições de volume de água acima do consumido ou em virtude de cobrança de esgotamento sanitário sem que o cliente esteja ligado à rede. Além disso, nesse valor também constam os pagamentos em duplicidade realizados pelos clientes.

23 Provisão para contingências

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Causas cíveis	59.467	56.062
Depósito judicial vinculado - cíveis	(296)	(300)
Causas trabalhistas	13.963	6.780
Depósito judicial vinculado - trabalhistas	(2.354)	(634)
Causas tributárias	5.358	6.559
Depósito judicial vinculado - tributárias	(1.709)	(2.909)
	<u>74.429</u>	<u>65.558</u>
Circulante	<u>(54.222)</u>	<u>(40.295)</u>
Não circulante	<u>20.207</u>	<u>25.263</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2014 está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	55.762	6.146	3.650	65.558
Adições	3.918	7.492	-	11.410
Juros	-	421	-	421
Baixas	(513)	(730)	(1.201)	(2.444)
Compensação com depósitos judiciais	4	(1.720)	1.200	(516)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	<u>59.171</u>	<u>11.609</u>	<u>3.649</u>	<u>74.429</u>

O montante de R\$ 74.429, decorre, principalmente, de: a) Trabalhistas - ação judicial conjunta cobrando pagamento de horas extras e adicional de periculosidade; b) Cível - ações judiciais cobrando diferenças de valores em decorrência das desapropriações e execuções das obras do canal do trabalhador; e c) Tributárias - processo administrativo de Declaração de Compensação – Dcomp de débitos de PIS dos anos de 2002 e 2003 com crédito de saldo negativo de CSLL de 2001.

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis e trabalhistas, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável. Estes valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Procuradoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda “provável”.

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, considerados pela Procuradoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totalizam um valor de R\$ 22.455 (2013: R\$ 17.697).

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas Demonstrações Financeiras. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº		Esfera	Natureza	31/12/2014
2006.0004.3460-4	(i)	Judicial	Cível	1.000
2001.02.41794-6	(ii)	Judicial	Cível	971
387.54.2006.8.06.0101/0	(iii)	Judicial	Cível	1.199
6210.53.2009.8.06.0117/0	(iv)	Judicial	Cível	991
0066771.08.2006.8.06.0001/0	(v)	Judicial	Cível	669
8029.57.2012.8.06.0137/0	(vi)	Judicial	Cível	1.000
2541.49.2013.8.06.0085/0	(vii)	Judicial	Cível	600
0832790.71.2014.8.06.0001/0	(viii)	Judicial	Cível	2.000
0000875.35.2014.5.07.0009/0	(ix)	Judicial	Trabalhista	801
675424.57.2000.8.06.0001/0	(x)	Judicial	Cível	495
Outros				12.729
				22.455

- (i) Ação de indenização por perdas e danos cumulada com pedido urgente de antecipação parcial de tutela jurisdicional específica e cautelar, em virtude de acidente com pessoa física.
- (ii) Ação ordinária em que o promovente, proprietário de imóvel registrado na Comarca de Redenção, requer o pagamento de indenização em decorrência da invasão do seu terreno pela Cagece.
- (iii) Ação ordinária promovida contra o Município de Itapipoca, visando extinguir o crédito tributário referente ao ISS do período de agosto de 2001 a julho de 2002 e setembro de 2002 a agosto de 2004.
- (iv) Ação em que o município de Maracanaú solicita que seja reconhecido como de responsabilidade da Cagece os investimentos realizados por ele no município em decorrência da suposta omissão da concessionária em promover a ampliação e/ou manutenção do serviço de água e esgoto.
- (v) Ação de indenização em que a promovente, proprietária do imóvel, alega que o açude do Município está invadindo suas terras. Requer assim, que a Cagece seja condenada ao pagamento de indenização.
- (vi) Ação ordinária alegando a prestação inadequada dos serviços e o descumprimento de cláusulas contratuais concernente à concessão parte da Cagece.
- (vii) Ação civil pública com pedido de liminar objetivando a regularização do abastecimento de água e construção de sistema de esgotamento sanitário no Município de Hidrolândia, bem como a condenação da promovida ao pagamento de indenização por danos materiais e morais à coletividade.
- (viii) Ação cível em que o promovente declara que celebrou contrato com a Cagece em 20 de agosto de 2008 para contratação de serviços técnicos especializados de leitura com faturamento imediato e repasse de fatura. O contrato prosseguiu sem a Cagece efetuar o pagamento da remuneração das notas referentes ao reajuste. Requer, assim, que seja determinado o pagamento das notas fiscais em aberto, atualizadas monetariamente.
- (ix) Ação de indenização por morte em acidente de trabalho. A reclamante requer assim, que as reclamadas sejam condenadas ao pagamento de indenização por porte em acidente de trabalho e liberação do FGTS.
- (x) Ação ordinária de cobrança em que a parte reclamante alega que celebrou contrato administrativo com a Cagece o qual possuía erro na especificação do material solicitado, gerando conflito entre as partes.

24 Capital social

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma

Notas Explicativas

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de administração indicar o número, a espécie e classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação e as condições e prazo de integralização.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos, e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia, direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para estas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001.

Em 20 de janeiro de 2014 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social, no valor de R\$ 12.993,, mediante a capitalização de incentivos fiscais de reinvestimento de imposto de renda dos anos-calendário de 2010, 2011 e 2012, nos valores de R\$ 1.584, R\$ 3.337, R\$ 8.072, respectivamente, totalizando R\$ 12.993. Nesta data o capital social da Companhia passou para R\$ 1.611.075 dividido em 156.039.985 ações ordinárias e 56.630 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2014 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o segundo aumento do capital social no valor de R\$ 41.735, mediante distribuição dos dividendos do exercício de 2013 no valor de R\$ 30.160 e AFAC no valor de R\$ 11.575. Nesta data o capital social da Companhia passou para R\$ 1.652.808 dividido em 160.110.927 ações ordinárias e 56.684 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Em 14 de novembro de 2014 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social, no valor de R\$ 76.594, sendo R\$ 30.000 referentes a recursos provenientes do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal – PROINVESTE e R\$ 46.594 referentes a recursos provenientes do Monitoramento de Ações dos Programas Prioritários-MAPPS ESPELHOS. Nesta data o capital social da Companhia passou para R\$ 1.729.403 dividido em 167.584.407 ações ordinárias e 56.684 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada (quantidade de ações):

			<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Estado do Ceará	148.702.011	38.515	148.740.526	137.676.149
Município de Fortaleza	18.882.102	-	18.882.102	18.402.003
Outros	294	18.169	18.463	18.463
	<u>167.584.407</u>	<u>56.684</u>	<u>167.641.091</u>	<u>156.096.615</u>

O Governo do Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 88,59% do capital social votante da Companhia (2013: 88,20%), conforme composição discriminada abaixo (valor do capital):

			<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
				<u>Total</u>

Notas Explicativas

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Estado do Ceará	1.524.017	8.063	1.532.080	88,59%	1.407.212
Município de Fortaleza	193.516	-	193.516	11,19%	187.064
Outros	3	3.804	3.807	0,22%	3.805
	<u>1.717.536</u>	<u>11.867</u>	<u>1.729.403</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.598.081</u>

25 Reservas de lucros

O montante registrado na conta de Reserva de lucros corresponde às Reservas legal e estatutária, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, e de incentivos fiscais, conforme a seguir:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O cálculo está demonstrado na Nota 26.

(b) Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída anualmente como destinação de até 10% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva estatutária tem por fim ser usada para pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias. O cálculo está demonstrado na Nota 26.

(c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (incluindo pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Através do Laudo Constitutivo nº 0155/2007, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE pronunciou-se favoravelmente ao incentivo fiscal de redução de 25% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, durante o período de 23 de abril de 2007 a 31 de dezembro de 2008, e redução de 12,5%, do período de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013, calculado com base no lucro da exploração do tratamento e abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Através do Laudo Constitutivo nº 0156/2007, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE pronunciou-se favoravelmente ao pleito de ampliação de empreendimento de infraestrutura, resultando no incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração de tratamento e abastecimento de água, e referente à capacidade instalada incentivada de 409.291.728 m³/ano, a partir do ano calendário de 2007, por um prazo de 10 anos, com término no ano calendário de 2016.

Devido ao Laudo Constitutivo 0155/2007, que autoriza o incentivo de redução de 25% do imposto de renda e adicionais nas restituições, ter vencido em 31 de dezembro de 2013, a partir de 1º de janeiro de 2014, a Companhia não pode usufruir deste benefício fiscal.

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Refere-se a adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial.

	Saldo		Saldo		Saldo
	01/01/2009	Realização	31/12/2013	Realização	31/12/2014
<u>Ativo não circulante</u>					
Imobilizado e intangível	1.420.421	(225.587)	1.194.834	(115.466)	1.079.368
<u>Passivo não circulante</u>					
Impostos diferidos	(482.943)	76.700	(406.243)	39.258	(366.985)
<u>Patrimônio líquido</u>					
Ajuste de avaliação patrimonial	937.478	(148.887)	788.591	(76.208)	712.383

26 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, nos termos do seu artigo 202. No ano de 2014 a Companhia teve prejuízo, dessa forma não houveram dividendos distribuídos.

Os dividendos de 2013 podem ser demonstrados como segue:

	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(251.678)	56.199
Constituição de reservas		
Legal - 5% do lucro líquido do exercício	-	(2.810)
Incentivos fiscais	-	(7.013)
Base de cálculo de dividendos	-	46.376
Dividendo mínimo obrigatório - 25% do lucro líquido do exercício	-	(11.594)
Reserva estatutária - 10% do lucro líquido do exercício	-	(4.638)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício, ajustado	0%	21%

27 Adiantamento para futuro aumento de capital

O estatuto da Companhia determina que os dividendos, participações ou bonificações que couberem ao Estado do Ceará, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, serão creditados em conta especial para aplicação posterior, em aumento de capital da Companhia, como participação acionária daquelas entidades. Estes valores estão registrados na rubrica adiantamentos para futuro aumento de capital, no passivo não circulante. Em virtude da Companhia não saber a quantidade de ações que esses adiantamentos irão se transformar, o valor é classificado como instrumento de dívida.

Notas Explicativas

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 31 de dezembro de 2014 os valores referentes aos auxílios do Governo do Estado do Ceará foram reclassificados para a rubrica contábil Convênios - recursos recebidos.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Auxílio do Governo do Estado do Ceará para obras exercício de 2013	-	16.803
Auxílio do Governo do Estado do Ceará para obras exercício de 2014	-	-
Dividendos mínimos propostos sobre o lucro líquido do exercício de 2013	-	11.593
	<u>-</u>	<u>28.396</u>

Em 30 de abril de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o segundo aumento do capital social no qual foi utilizado o valor de R\$ 11.575 referente ao AFAC. Ver nota 24.

28 Informações por segmento

Conforme comentado na Nota 2.9, a administração considera a Companhia como sendo uma única unidade geradora de caixa, apresentando também um único segmento operacional apesar de desenvolver a prestação de serviço de tratamento e o fornecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotamentos sanitários em municípios localizados no Estado do Ceará, uma vez que:

- Apesar das receitas de água e esgoto serem distintas, pois são faturadas individualmente ao cliente de água e esgoto, apenas água, ou apenas esgoto – em função da existência de compartilhamento de redes/sistemas entre os municípios (subsídio cruzado), os custos correspondentes não podem ser segregados;
- A tomada de decisão pelos gestores das operações da Companhia, relacionadas com o seu desempenho operacional, são efetuadas de forma conjunta – água e esgoto;
- Não existem, na presente data, informações financeiras individualizadas disponíveis acerca dos desembolsos de recursos vinculados a prestação de serviço de água e esgotamento sanitário, existindo apenas o controle individualizado pelo Financeiro da Companhia acerca dos recebíveis oriundos de faturamento de clientes.

29 Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro antes do imposto	(367.667)	75.080
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais, aplicáveis aos lucros	(125.025)	25.503
Constituição de provisões indedutíveis	37.113	50.638
Outras despesas não dedutíveis	41	682
Reversão de provisões indedutíveis	(36.093)	(31.783)
Ajustes de IFRS	48.097	(90)
Benefício fiscal (4%)	-	(201)
Incentivo fiscal de redução do imposto de renda	-	(7.013)
	<u>(75.867)</u>	<u>37.736</u>
Créditos tributários diferidos	(115.989)	(18.855)
Encargo fiscal	<u>-</u>	<u>18.881</u>

A alíquota de imposto média ponderada aplicável é de 0% (2013 - 34%).

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Partes relacionadas

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

(a) Estado do Ceará

- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.
- Repasses de recursos recebidos do Governo do Estado do Ceará, decorrentes do financiamento contrato pelo Governo junto a Caixa Econômica Federal, o qual vem sendo pago pela Companhia por força do Convênio celebrado entre a Secretaria das Cidades e a CAGECE (Nota 19"iii").

(b) Município de Fortaleza

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos. Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto.
- A Companhia assumiu o compromisso de pagar à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, mensalmente, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, no exercício findo em 31 de dezembro 2014, correspondeu a R\$ 7.786 (31 de dezembro de 2013: R\$ 7.111) e está registrado na rubrica custos dos serviços prestados da demonstração de resultado.
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.
- Cessão de funcionários no qual a companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde a remuneração do profissional acrescidas dos correspondentes encargos sociais.

(c) Remuneração da administração

Em 20 de janeiro de 2014 foi aprovado em Assembleia geral extraordinária a proposta de remuneração dos Administradores, no valor global de R\$ 3.048, em atendimento a Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com a descrição da composição da remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria.

31 Instrumentos financeiros

Considerando os termos da CVM nº 550/08, a Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Ativos financeiros – contratos de concessão	166.902	166.902	62.719	62.719
Contas a receber de clientes	152.403	152.403	138.237	138.237
Caixa e equivalentes de caixa	57.746	57.746	72.031	72.031
Depósitos vinculados a convênios	43.658	43.658	75.385	75.385
Passivos financeiros				
Incentivo a aposentadoria – PRSP	54.116	54.116	17.989	17.989
Empréstimos e financiamentos	447.359	457.186	451.310	974.118
Fornecedores	83.331	83.331	89.174	89.174
Obrigações com clientes	2.420	2.420	8.813	8.813

a) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

	Taxa contratual	Período de meses	Taxa de mercado
Caixa Econômica Federal	Juros de 6,5% a 8% + taxa adm. de 1% ou 2% + risco de crédito de 0,3% a 1,7% + TR, + 2% (spread)	01 a 208	9%
Secretaria das Cidades – Governo do Estado do Ceará	Juros de 6,5% a 8% + 2% taxa adm. + 2% risco de credito	7 a 83	12%
Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES)	Juros de 1,81% a.a. + TJLP	73	12%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	A) Juros de 3,88% + 0,25%(spread) B) Mecanismo Uni monetário convertido via Libor	30	7,03%

32 Honorários da administração

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, totalizou em R\$ 2.622 (2013: R\$ 2.271), registrado na rubrica despesas administrativas da demonstração de resultado.

33 Previdência complementar

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 12 de fevereiro de 2004, a portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da Fundação Cagece de Previdência Complementar – CAGEPREV, fundação própria, tendo como única patrocinadora a Companhia.

A CAGEPREV é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares, assemelhado ao da previdência social, em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição variável com benefício definido (e no regime financeiro de capitalização).

No exercício de 2014, a Companhia efetuou contribuições a CAGEPREV no montante de R\$ 3.080 (31 de dezembro de 2013: R\$ 4.922).

A CAGEPREV encerrou o exercício de 2014 com 1.292 (2013 - 1.178) participantes, sendo 1.253 (2013 - 1.163) ativos e 39 (2013 - 15) assistidos e apresentando um patrimônio da ordem de R\$ 112.122 (2013 - R\$ 98.891).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário externo Probus Consultoria Atuarial, contratado pela CAGEPREV, o qual emitiu parecer datado de 19 de fevereiro de 2014, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração da CAGEPREV.

As principais premissas atuariais, são as seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Taxa real anual de juros	5,63%a.a.	5,75%a.a.
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a.	1% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0%a.a.	0%a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%a.a.	0%a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-83	AT-83

34 Incentivo à aposentadoria – PRSP

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Incentivo a aposentadoria - PRSP	70.839	21.939
Ajuste a valor presente	<u>(16.723)</u>	<u>(3.950)</u>
	54.116	17.989
Circulante	(15.063)	(8.117)
Não circulante	39.053	9.872

a) PRSP

A Companhia implantou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) através da norma interna SAD – 041 (versão 2) de 25 de abril de 2008, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia melhores condições de aposentaria, recebendo benefícios temporários da Companhia, na forma do contrato de adesão celebrado entre as partes.

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano destinava-se aos empregados do quadro próprio, onde após obter a concessão de aposentadoria pelo INSS rescindir o contrato de trabalho com a Companhia, e o ex-empregado assume obrigatoriamente a condição de participante auto-patrocinado da CAGEPREV, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Dentre as composições do plano mencionadas na Norma, há o pagamento de 10 salários de referência, em 36 parcelas iguais, além de assistência à saúde (médica e odontológica) do empregado e de seus dependentes, mediante continuidade dos planos atuais ou de outros sistemas que vierem a substituí-los, pelo período de 6 anos, a partir da data do desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela Companhia.

Passados 72 meses, os planos de saúde médico e odontológico serão pagos integralmente pelo ex-empregado.

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos 6 anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 11,80%, correspondente a taxa WACC (*Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital*) da Companhia da data das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2014 não foi constituída qualquer obrigação de benefício rescisório PRSP, tendo em vista que em 10 de janeiro de 2014, a Diretoria encerrou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) constante na SAD – 041 (versão 2) a partir da data-base de 31 de dezembro de 2013.

b) PRSP II

Em 10 de janeiro de 2014, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP II) através da norma interna SAD – 065 (versão 1), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia condições de aposentar-se ou mesmo se desligar da Companhia por já se encontrar aposentado, recebendo benefícios financeiros temporários, na forma do Requerimento de adesão celebrado entre as partes.

O presente plano destinou-se aos empregados do quadro próprio que atenderam às condições estabelecidas na norma, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 30/04/2014; Atender às exigências do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS quanto à idade e tempo de contribuição necessários à aposentadoria ou mesmo já ser aposentado pelo INSS; ter ingressado como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar - Cageprev; estar inscrito na Gerência de Pessoas - GEPES para participação no plano, através de requerimento de adesão.

Os empregados que atendessem às seguintes condições poderiam aderir ao PRSP II no período de 03 de fevereiro a 30 de abril de 2014: (i) efetuar o requerimento de adesão até 30/04/2014, (ii) desligar-se da Cagece, na data estabelecida pela Diretoria, a partir de 30/05/2014, (iii) obterem ou já tiverem obtido a concessão de aposentadoria pelo INSS, e (iv) assumirem

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

obrigatoriamente a condição de participante auto-patrocinado da CAGEPREV, e assim fará jus aos benefícios do plano.

O PRSP II concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por seis (06) anos (ii) pagamento de 15 (quinze) salários na rescisão contratual para o PRSP II, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, (iii) incentivo financeiro de 30% do salário de referência para os empregados com salário de referência menor ou igual ao piso de INSS /0,8; (iv) em caso de falecimento do empregado inscrito no Plano, cuja adesão tenha sido deliberada pela Diretoria, será garantido, o benefício aos dependentes legais do mesmo; (v) assistência à saúde odontológica e médica (plano enfermagem), por 6 (seis) anos para o empregado e 2 (dois) anos para seus dependentes já cadastrados. Ressalte-se que, conforme consta no item 2.4 do SAD em referência, o empregado que não rescindir o contrato de trabalho com a Cagece na data estabelecida pela Diretoria será excluído do Plano, implicando na perda do benefício.

Em 31 de dezembro de 2014, a partir do atendimento de todos os requeridos exigidos pelo Plano para elegibilidade do benefício a Cagece reconheceu uma obrigação de benefício rescisório – PRSP II, para cento (100) colaboradores que totalizaram o montante de R\$ 54.116.

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos 6 anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 11,80%, correspondente a taxa WACC (*Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital*) da Companhia da data das demonstrações financeiras.

35 Lucro/prejuízo por ação básico e diluído

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado através da divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

	2014	2013
Numerador		
Lucro/prejuízo disponível aos acionistas ordinários	(221.599)	56.175
Lucro/prejuízo disponível aos acionistas preferenciais	(79)	25
	<u>(251.678)</u>	<u>56.200</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	159.735	127.412
Média ponderada de número de ações preferenciais	57	57
	<u>159.792</u>	<u>127.469</u>
	2014	2013
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	(1,387)	0,44
Ação preferencial	(1,525)	0,48

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro/prejuízo básico e o diluído por ação são iguais.

Notas Explicativas

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

36 Receita de serviços

A reconciliação entre receita bruta e a receita líquida é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de serviços de abastecimento de água	659.004	630.370
Receita de serviços de esgotamento sanitário	240.222	214.794
Receita de construção	<u>147.817</u>	<u>109.612</u>
	1.047.043	954.776
Impostos sobre vendas	<u>(84.212)</u>	<u>(78.293)</u>
Receita	<u><u>962.831</u></u>	<u><u>876.483</u></u>

37 Custos dos serviços prestados

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Insumos	145.776	124.623
Serviços	147.863	143.767
Depreciação e amortização	494.464	56.770
Pessoal	76.159	61.083
Materiais	17.880	15.141
Custos gerais	15.707	12.748
Concessão	<u>7.786</u>	<u>7.111</u>
Custos operacionais	905.635	421.243
(-) Créditos de PIS e COFINS	<u>(32.978)</u>	<u>(28.987)</u>
Custos operacionais líquidos	872.657	392.256
Custos de construção	<u>147.817</u>	<u>109.345</u>
	<u><u>1.020.474</u></u>	<u><u>501.601</u></u>

Serviços compreende os custos com serviços de manutenção e operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros, serviços técnicos profissionais, serviços de cortes e religações, serviços de vigilância do sistema e demais serviços.

O acréscimo dos custos de serviços deve-se a novos contratos celebrados para prestação dos serviços de conservação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, iniciados a partir de 06/2014 e a reajustes e realinhamentos de contratos.

O aumento do saldo de depreciação é decorrente da adoção do custo atribuído em 01/01/2009, a determinadas classes de ativos, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Os valores foram reconhecidos no ativo imobilizado e intangível em contrapartida a conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, considerando também os efeitos dos impostos diferidos. Esses efeitos foram contabilizados em 2014.

38 Despesas comerciais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Serviços	54.723	48.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	6.398	18.386
Pessoal	21.458	18.668
Gerais	<u>4.366</u>	<u>3.548</u>

Notas Explicativas

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	86.945	88.923
39 Despesas administrativas		
	2014	2013
Pessoal (a)	135.106	72.872
Serviços	41.493	36.096
Causas judiciais	10.188	43.769
Gerais	6.305	7.103
Tributária	17.204	13.781
Transportes	6.086	5.994
Depreciação e amortização	2.822	3.321
Honorários da administração	2.622	2.271
	211.826	185.207

- a) Em 31 de dezembro de 2014, a partir do atendimento de todos os requeridos exigidos pelo Plano para elegibilidade do benefício a Cagece reconheceu uma obrigação de benefício rescisório – PRSP II.

40 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	2014	2013
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	12.000	10.376
Receita de atualização do ativo financeiro	18.926	6.818
Juros recebidos de clientes	7.895	7.634
Atualização monetária	2.087	791
Juros ativos	580	456
Variação cambial	21.580	14.232
	63.068	40.307
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos	(25.596)	(22.445)
Incentivo a aposentadoria – PRSP	(3.834)	(3.327)
Atualização monetária	(1.120)	(449)
Variação cambial	(44.844)	(42.853)
Outras	(32)	1.883
	(75.426)	(67.191)
	(12.358)	(26.884)

41 Seguros

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens.

Notas Explicativas



Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

42 Eventos subsequentes

Em janeiro/2015, 22 colaboradores aderiram ao PRSP II (nota explicativa 34b). A provisão a ser reconhecida decorrente desta adesão é no montante de R\$ 26.124, ajustado a valor presente de 7.033, com impacto líquido no resultado de R\$ 19.091.

Fortaleza - CE, 31 de março de 2015.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente

Dario Sidrim Perini
Diretor de Gestão Corporativa

Francisco Josinete Souza Araújo
Diretor de Operações

Cláudia Elizângela Tolentino Caixeta
Diretora de Mercado

Francied Assis de Mesquita Ciriaco
Diretor de Planejamento e Captação de Recursos

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

André Lopes Camurça
Contador – CRC-CE 014344/O-8

Flávia Liduina Costa Gurgel
Gerente Contábil

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira, e nossa opinião adversa sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado.

Base para opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira

A Companhia está em fase de conclusão do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009, referente a terrenos e reservatórios de água, que totaliza aproximadamente R\$193.000 mil em 31 de dezembro de 2014. Desta forma, não pudemos concluir quanto à adequação desse custo atribuído, nem quanto à contrapartida no montante de R\$127.380 mil, contabilizado como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, e correspondentes tributos diferidos passivos, no montante de R\$65.620 mil, registrados em 31 de dezembro de 2014.

Base para opinião adversa sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa

Conforme mencionado nas notas explicativas 15, 16 e 17, a Companhia registrou os efeitos do custo atribuído para seus ativos financeiros, imobilizados e intangíveis existentes em 1º de janeiro de 2009 na demonstração do resultado e na demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As práticas contábeis adotadas no Brasil (especificamente o pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros) determinam a aplicação retrospectiva desses efeitos para os exercícios anteriores, procedimento este não adotado pela Companhia. Desta forma, o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentado a maior em R\$148.887 mil e a demonstração das mutações do patrimônio líquido findo naquela data inclui R\$861.270 mil na conta de ajuste de avaliação patrimonial de competência de exercícios anteriores, líquidos de efeitos tributários.

Opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira", o balanço patrimonial apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião adversa sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa

Devido à relevância do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião adversa sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa", essas demonstrações não apresentam adequadamente o desempenho das operações e os fluxos de caixa da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, devido à relevância do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião adversa sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa” não está apresentada adequadamente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com abstenção de opinião, datado de 21 de março de 2014, devido à Companhia não ter finalizado a implementação de controles analíticos sobre os saldos dos ativos financeiros da concessão, imobilizado e parte do ativo intangível, a qual foi concluída durante o exercício corrente.

Fortaleza (CE), 30 de março de 2015

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/O-6-F-CE

Carlos Santos Mota Filho

Contador CRC-PE 020728/O-7-S-CE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Fortaleza, 30 de março de 2015.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas

Diretor Presidente

Dario Sidrim Perini

Diretor de Gestão Corporativa

Francisco Josinete Souza Araújo

Diretor de Operações

Cláudia Elizângela Tolentino Caixeta

Diretora de Mercado

Francied Assis de Mesquita Ciriaco

Diretor de Planejamento e Captação de Recursos

José Carlos Lima Asfor

Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Fortaleza, 30 de março de 2015.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas

Diretor Presidente

Dario Sidrim Perini

Diretor de Gestão Corporativa

Francisco Josinete Souza Araújo

Diretor de Operações

Cláudia Elizângela Tolentino Caixeta

Diretora de Mercado

Francied Assis de Mesquita Ciriaco

Diretor de Planejamento e Captação de Recursos

José Carlos Lima Asfor

Diretor de Engenharia